



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GLÁUCIO CORREIA DUTRA

**A VIOLÊNCIA COMO OBSTÁCULO PARA O PROGRESSO DOS ESTADOS:
a ameaça da violência armada e seus impactos ao desenvolvimento**

**JOÃO PESSOA - PB
2015**

GLÁUCIO CORREIA DUTRA

**A VIOLÊNCIA COMO OBSTÁCULO PARA O PROGRESSO DOS ESTADOS:
a ameaça da violência armada e seus impactos ao desenvolvimento**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda

**JOÃO PESSOA - PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D978v Dutra, Gláucio Correia

A violência como obstáculo para o progresso dos Estados [manuscrito] : a ameaça da violência armada e seus impactos ao desenvolvimento / Gláucio Correia Dutra. - 2015.

73 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Prof. Me. Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda, Departamento de Relações Internacionais".

1. Violência. 2. Violência Armada. 3. Desenvolvimento. I. Título.

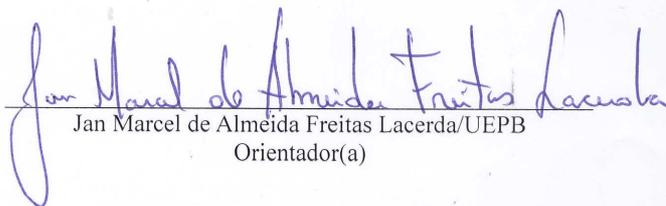
21. ed. CDD 363.1

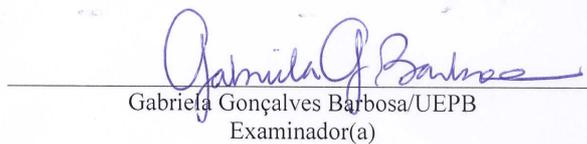
GLAUCIO CORREIA DUTRA

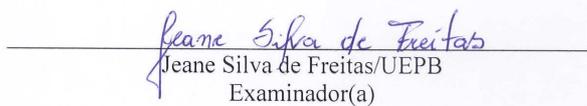
A VIOLÊNCIA COMO OBSTÁCULO PARA O PROGRESSO DOS ESTADOS: A AMEAÇA DA
VIOLÊNCIA ARMADA E SEUS IMPACTOS AO DESENVOLVIMENTO

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 09 / 07 / 2015.


Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda/UEPB
Orientador(a)


Gabriela Gonçalves Barbosa/UEPB
Examinador(a)


Jeane Silva de Freitas/UEPB
Examinador(a)

Aos resilientes, pela capacidade de superar a violência
e as intempéries da vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por não me permitir desistir em momentos de angústia. Obrigado pelos diálogos silenciosos, que me motivam e completam o meu espírito. Por me permitir, passo a passo, seguir a vida.

Por sempre estarem comigo em minha caminhada, contribuindo para o meu desenvolvimento como ser humano. Pelos ensinamentos ofertados e pelas lições involuntárias que pude extrair de ambos. Por compartilharem meus sentimentos, comemorando minhas alegrias, sofrendo com minhas tristezas. Por todos os sacrifícios e renúncias que fizeram por seus filhos. Por segurarem minha mão. Aos meus pais, Maurílio Dutra e Gláucia Correia, todo o meu mais sincero agradecimento, orgulho e amor.

À minha irmã, Carolina Correia, pela felicidade inocente e constante, e por ser a pessoa com o sorriso mais belo que pude conhecer. Pelos barulhos alegres em nosso lar e pelos abraços apertados que quebram ossos. Pela preocupação constante e por sempre me defender, mesmo quando estou errado.

À Caroline Machado, meu porto seguro. Pelas palavras e atitudes de incentivo, pelo apoio incondicional e por não me deixar fraquejar. Pelo companheirismo, alegria e carinho. Por impulsionar o meu melhor. Por compartilharmos o futuro de nosso jeito. Por estar lá. Por estar aqui.

À todos os meus verdadeiros amigos, pessoas maravilhosas que foram colocadas em minha vida. Em especial, destaco Rafael Dantas, Elisa Souza, Emily Gaião e João Antônio Lima. À Rafael, pela amizade e parceria. À Elisa, pela irmandade e confiança. À Emily, pelo companheirismo e carinho. À João, pelos conselhos na vida e pelas considerações realizadas sobre o presente trabalho, ponto fundamental em sua conclusão. Grandes amigos que carrego em meu coração.

Ao eterno Grupo de Estudos Toca Pixote, composto por Ana Paula, Daniel, Gabrielle, Geórgia, João, Marina, Pedro e Valter. Vocês formaram a melhor turma de Relações Internacionais e a graduação teve mais sentido e leveza por ter sido compartilhada com vocês.

Ao meu orientador, professor Jan Marcel Lacerda, por ter aceitado o desafio de me aconselhar na produção desse trabalho em um momento tão urgente. Sua atenção, conselhos e considerações possibilitaram a conclusão dessa pesquisa. Agradeço, também, as professoras Gabriela Gonçalves e Jeane Silva, por concordarem em avaliar o meu trabalho de conclusão de uma etapa tão importante em minha vida.

Aos demais excelentes professores do quadro docente do curso de Relações Internacionais da UEPB, que contribuíram direta e indiretamente para o meu desenvolvimento intelectual, em especial, à professora Ana Paula Maielo, que se tornou um exemplo de competência no meio acadêmico, contribuindo de maneira ampla para o meu conhecimento científico, e pelo carinho e atenção constantes ao me ouvir.

À Universidade Estadual da Paraíba, cujo ambiente, apesar de tudo, me proporcionou experiências e oportunidades incríveis ao longo dos anos da graduação, especialmente por

intermédio dos projetos PIBIC, DIGNATA e MUNDI. Sobre a instituição, agradeço, especialmente, Kaline, uma querida amiga que me ajudou no desenvolvimento de meu curso.

À todos que, de uma forma ou de outra, trouxeram positividade à minha vida e ao mundo.

“Armed violence and peace cannot coexist. We need to overcome the challenges and seek practical solutions. We must replace the culture of war with the culture of peace”.

- Widad Akrawi

RESUMO

Historicamente, a violência é um dos principais desafios enfrentados pela humanidade, servindo como uma das bases da interação humana e da construção da sociedade. Abordada por diversas áreas científicas, a violência é um fenômeno complexo e mutável, exigindo grande empenho dos indivíduos e instituições na tentativa de decifrá-la e preveni-la. Atualmente, com a facilidade de obtenção e, principalmente, o elevado poder destrutivo de armamentos, a violência armada constitui a faceta contemporânea da violência. Diversas instituições internacionais e Estados nacionais estão, cada vez mais, reconhecendo os impactos negativos causados pela violência armada em suas estruturas. Esses impactos vão além das fatalidades, com custos humanos, sociais e econômicos, afetando, direta e indiretamente, o desenvolvimento no âmbito local e internacional. A convenção mundial dos Objetivos de Desenvolvimento de Milênio, além de sua proposta primária de compromisso em prol do desenvolvimento, serve como instrumento de mensuração e avaliação dos impactos da violência armada ao bem-estar humano e o progresso socioeconômico. Com base em literatura atual e expressiva para a temática, a presente pesquisa se propõe a investigar os principais aspectos da violência armada, com claro foco em seus impactos ao progresso do desenvolvimento. Todo esse arcabouço trabalhado na pesquisa servirá para conclusão de que a instituição da violência armada é uma séria agressora ao desenvolvimento, em todos os seus formatos.

Palavras-Chave: Violência. Violência Armada. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Historically, violence is one of the major challenges facing humanity, serving as one of the bases of human interaction and the construction of society. Approached by several scientific areas, violence is a complex and changeable phenomenon, requiring great commitment of individuals and institutions in an attempt to decipher and also prevent it. Today, with the ease of obtaining and especially the high destructive power of weapons, armed violence is the contemporary facet of violence. Several international institutions and Nation States are increasingly recognizing the negative impacts caused by armed violence in their structures. These impacts go beyond fatalities, with human, social and economic costs, affecting directly and indirectly the development on the local and international levels. The world convention of the Millennium Development Goals, in addition to its primary compromise proposal for the development, serves as a measurement tool and evaluate the impacts of armed violence to human well-being and socio-economic progress. Based on current and expressive literature on this theme, the current research aims to investigate the main aspects of armed violence, with a clear focus on their impact to development progress. All this framework worked in the research will be used to conclude that the institution of armed violence is a serious aggressor to development, in all its formats.

Keywords: Violence. Armed Violence. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – O Conceito de Violência e suas Vertentes de Significados.....	18
Quadro 2 – Definições de Violência Armada mais Reconhecidas.....	30
Quadro 3 – Panorama dos Custos Diretos e Indiretos da Violência Armada.....	41
Quadro 4 – A Violência Armada como Obstáculo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: lentes da OCDE e PNUD.....	50
Quadro 5 – Relação entre Indicadores de Desenvolvimento e Violência.....	53
Figura 1 – Tipologia da Violência de Acordo com a Organização Mundial De Saúde.....	23
Figura 2 – Categorização da Violência Armada.....	33
Figura 3 – Estrutura dos Impactos da Violência Armada.....	40
Tabela 1 – Estimativa Global de Mortes Relacionadas com Violência em 2000.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DGVAD	Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento
IANSAs	International Action Network on Small Arms
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCDE - CAD	Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SGNU	Secretário-Geral das Nações Unidas
UNDESA	United Nations Department of Economic and Social Affairs
UNGA	United Nations General Assembly
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime

SUMÁRIO

	Introdução.....	13
1	Sobre Violência: aspectos centrais do maior desafio da humanidade.....	16
1.1	Discussão Conceitual.....	17
1.2	Tipologia e Natureza.....	21
1.3	(In)visibilidade e Perspectivas Atuais.....	25
2	A Representação da Violência Contemporânea: o fardo mundial da violência armada.....	28
2.1	(Re)conhecendo a Violência Armada.....	29
2.2	Uma Abordagem Tipológica Unificada.....	32
2.3	Fatores-chave e Causalidades.....	35
3	Violência Armada e Desenvolvimento: a conexão entre os dois pontos.....	39
3.1	Mais Violência, Menos Desenvolvimento.....	39
3.2	Custos Humanos, Sociais e Econômicos.....	41
3.3	Os Impactos da Violência Armada no Desenvolvimento.....	47
	Conclusão.....	56
	Referências.....	59
	Anexos.....	65

INTRODUÇÃO

Dissertar sobre violência é, ao mesmo tempo, um assunto delicado e familiar. A violência é um fenômeno permanente no cotidiano da população mundial, com efeitos que abalam todas as estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas, afetando a todos, de uma forma ou de outra. Enraizada em nossas casas, ruas, cidades e países, a presença da violência tem a capacidade de destruir a vida e a esperança das pessoas, sepultando todo e qualquer futuro, tangível ou intangível. A mais simples centelha causada pela violência pode resultar em catástrofes inimagináveis para sociedades inteiras.

A base do presente trabalho reside no estudo da violência armada e na análise dos impactos de sua instituição no desenvolvimento humano. Assim, a ideia organizacional da pesquisa é afunilar a temática até chegar no seu intento. Portanto, primeiro será analisada a violência em sua forma geral, depois será trabalhado a faceta armada da violência, para, por fim, analisar e avaliar os seus impactos ao desenvolvimento.

A motivação por trás da escolha dessa temática pode ser explicada de modo figurado na maneira que, provavelmente, um médico abordaria uma determinada doença. Se algo traz angústia, sofrimento, dor e pode até mesmo levar o paciente a óbito, qual seria a melhor forma de preveni-la? Estudando a patologia a fundo e aplicando na solução do problema todo o conhecimento adquirido! Nesse sentido, a violência armada nada mais é que uma doença severa para a humanidade. O trabalho buscará, dentro de suas limitações, trabalhar o conhecimento até então produzido e, o empenho para decifrar a violência armada, com o intuito primário de preveni-la, será recorrentemente incentivado.

A base lógica da investigação do trabalho será a metodologia indutiva, enquanto que a técnica investigativa utilizada para a construção da pesquisa será baseada no método observacional, que apesar de ser considerada uma metodologia primitiva, constitui-se como a mais precisa nas ciências sociais (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 13). Destarte, a observação realizada recai sobre a dinâmica da violência armada no contexto do desenvolvimento, partindo de relatórios e literatura atuais, com o intuito de apresentar os resultados e informações mais recentes possíveis.

A abordagem da violência, crime e conflito no campo temático do desenvolvimento é algo recente e, até então, os pesquisadores sobre violência não trabalhavam a sua associação com o desenvolvimento e os pesquisadores sobre desenvolvimento desconsideravam os impactos da violência em sua área de estudo (HUMPHREYS; VARSHNEY, 2004, p. 7). Esse

fator será percebido na literatura recolhida para o presente trabalho, com a observação de que os materiais que abordam a interação entre violência armada e desenvolvimento foram produzidos recentemente, no início do século XXI, com sua grande maioria publicada a partir da segunda metade de sua primeira década.

O material acadêmico recolhido para a construção e desenvolvimento da pesquisa foi fundamental para a apresentação e esclarecimento da temática. Faz-se necessário, entretanto, reconhecer a importância de relatórios produzidos diretamente por instituições internacionais representativas que estudam e analisam a dinâmica da relação central do trabalho. Em especial, destaca-se relatórios produzidos pela Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento, por intermédio de seu secretariado *Geneva Declaration Secretariat*, instituição que constitui um dos principais *players* internacionais atuais no que tange a temática de violência armada e desenvolvimento, e que foi citada diversas vezes ao longo do trabalho, pontualmente. Literaturas encabeçadas pela Organização Mundial de Saúde, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico foram importantes, também, para a discussão a seguir.

Nesse contexto, o objetivo central da pesquisa é: analisar os impactos da instituição da violência armada ao desenvolvimento. Com isso, o trabalho será norteado pelo questionamento de que quais são os reais impactos causados pela presença da violência armada para a sociedade atual. O objeto do trabalho será pautado na recorrência da análise sobre os impactos da violência armada nos países em desenvolvimento.

Os objetivos específicos do presente trabalho são três: (i) introduzir o panorama central da violência generalizada; (ii) analisar as principais características da violência armada; e (iii) avaliar os impactos da violência armada no campo humano, social e econômico, e, essencialmente, nos custos ao desenvolvimento. A pesquisa teve, portanto, o seu desenvolvimento dividido em três capítulos, sendo cada um associado direta e respectivamente com um dos objetivos específicos do trabalho.

Dessa forma, o primeiro capítulo pretende refletir sobre o papel da violência na humanidade, sem a necessidade de esgotar a literatura do tema. Ele servirá como base para a introdução da violência armada nos demais capítulos. Será colocado em destaque o debate teórico-conceitual sobre a violência. Haverá a análise do papel da violência sob dois fortes paradigmas tradicionais da teoria das Relações Internacionais: o realismo e o liberalismo. A percepção de uma possível abordagem tipológica única sobre violência será inserida na discussão, com a análise de sua eficácia. Dados mundiais das vítimas de violência serão

apresentados, inclusiva com a problemática da percepção e visibilidade das ações violentas. As perspectivas atuais, com a reflexão da violência no século XXI, finalizarão o capítulo.

O segundo capítulo analisa, especificamente, o papel da violência armada na sociedade atual. Para isso, serão apresentadas as principais características sobre o fenômeno, iniciando com a discussão envolvendo sua definição e partindo para um debate sobre sua categorização, tomando como base a proposta de uma abordagem unificada. Será feita uma reflexão sobre as possíveis causas que levam à emergência da violência armada, e, findando o capítulo, as particularidades do fenômeno serão abordadas, com o intuito de identificar os principais fatores da violência armada.

O terceiro e último capítulo é focado na análise máxima proposta para o trabalho. Os danos da violência no campo humano e socioeconômico, que, conseqüentemente também afetam o desenvolvimento, serão o pano de fundo do capítulo. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio terão papel fundamental na análise da associação entre violência armada e desenvolvimento.

Com todo esse arcabouço, será possível concluir que as agendas de desenvolvimento devem incluir a violência como fator hostil ao seu intento. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio permitiram uma maior percepção da interação entre os dois fatores e a agenda desenvolvimentista pós-2015 já discute a inclusão de questões de segurança, o que inclui a violência, sua estrutura, mostrando uma evolução benéfica para a área.

1. SOBRE VIOLÊNCIA: ASPECTOS CENTRAIS DO MAIOR DESAFIO DA HUMANIDADE

Diariamente, segundo Krug et al. (2002a, p. 1083, tradução nossa), mais de quatro mil pessoas morrem por causa de atos intencionais de violência, milhares de testemunhas sofrem com consequências não-fatais desses atos e dezenas de milhares “[...] de vidas são destruídas, famílias separadas, e gastos enormes são comprometidos no tratamento de vítimas, apoios aos familiares, reparo da infraestrutura, processo dos agressores, ou como resultado de perda de produtividade e investimento”¹. A violência faz parte do caminho da humanidade desde o seu surgimento, participando efetivamente na experiência e história do homem moderno (EISNER, 2009, p. 43). Sua instrumentalização auxiliou o nascimento – e, também, destruição - de civilizações, impérios e nações, assim como serviu, e continua, como uma das estruturas basilares da relação e interação humana.

Considerado um fenômeno de alta complexidade, a violência encontra-se cada vez mais presente e naturalizada na sociedade (BONAMIGO, 2008; LULESCU, 2011), e é um fenômeno partilhado por todas as sociedades conhecidas, independentemente da intensidade em que se apresenta (MINAYO, 2007). Um dos desafios centrais enfrentados pela humanidade ao longo dos anos é o de limitar e, até mesmo, conseguir prevenir a capacidade destrutiva da violência (KIRSCHNER; MALTHANER, 2011)

De acordo com Minayo (2007, p. 23), a cultura da violência varia de nação a nação, tornando, assim, algumas sociedades mais propensas a violência do que outras, moldando a forma em que ela é abordada e prevenida. Os períodos históricos também influenciam formatos particulares da violência nas sociedades. Atualmente, o Quênia, por exemplo, enfrenta a violência com um sentido diferente do confrontado na época de sua colonização, assim como a estrutura da violência no Brasil é distinta da encontrada no Iraque.

Segundo Guggisberg e Weir (2009, p. IX, tradução nossa),

atos violentos e a variedade de diferentes formas de violência, suas causas, consequências e padrões de desenvolvimento só foram postos sob o olhar da academia recentemente. Desde então, essas categorias têm formado as bases para muitos marcos teóricos diferentes².

¹ “[...] of lives are destroyed, families shattered, and huge costs are incurred in treating victims, supporting families, repairing infrastructure, prosecuting perpetrators, or as a result of lost productivity and investment”

² “violent acts and the variety of different forms of violence, its causes, consequences and developmental patterns have only recently come under the gaze of academia. Since then, these categories have formed the grounds for many different theoretical frameworks”.

O alto teor complexo que envolve a temática da violência e o seu elevado poder destrutivo, assim como a constante necessidade de conhecer e reconhecer cada vez mais o fenômeno, permitem que seu arcabouço analítico esteja no centro de estudo das mais variadas disciplinas científicas, como Relações Internacionais, Psicologia, Sociologia e Ciência Política. A capacidade de vitimar fatalmente milhões de pessoas anualmente e afetar outras centenas de milhões implica em uma constante urgência em colocar a violência como prioridade nos debates e ações de tomadores de decisão, pesquisadores e da população em geral.

Nesse contexto, esse capítulo terá o seu desenvolvimento a partir de três seções. No primeiro momento, o estudo abordará uma revisão básica da literatura sobre o conceito empregado para a violência e seus principais expoentes, assim como uma breve discussão do papel da violência pelas lentes de paradigmas teóricas das Relações Internacionais. Logo após, em uma segunda seção, será apresentada uma proposta tipológica da violência e suas naturezas. Em seguida, na terceira e última seção do capítulo, será refletido o papel da percepção da violência pela sociedade e as perspectivas atuais da temática.

1.1. DISCUSSÃO CONCEITUAL

Primeiramente, a violência é considerada uma ideia, representada por uma concepção negativa, cujo propósito é o de contrapor seu lado oposto, o positivo, que se apresenta como a paz, harmonia, justiça, segurança e integridade. Essa ideia é constituída previamente e aplicada a contextos que são representados como ameaças à sociedade (MISSE, 1999).

Antes de qualquer abordagem conceitual, é necessário entender que no cerne da ideia violência, há um significado de uma força não qualificada cuja transição para a violência, de fato, só acontece quando o limite da ordenação das relações é rompido e quando a ordem é perturbada (MICHAUD, 1989 apud BONAMIGO, 2008). É a percepção desse limite, que varia cultura e historicamente, que vai caracterizar um determinado ato como violento. Segundo Bonamigo (2008, p. 205), “querer engessar a expressão em uma definição fixa e simples significa reduzi-la e deixar de compreender as singularidades que caracterizam diferentes povos, as transformações e especificidades históricas”.

Para Hamm (2008), o conceito de violência é essencialmente contestado, e que defini-la não é, de forma alguma, um trabalho fácil. A discussão conceitual pode perpassar por questões deveras abrangentes e complexas, exigindo uma maior atenção necessária para o

desenvolvimento dos estudos do tema. Para embasar sua afirmação, Hamm (2008, p. 28-29) elenca três motivos plausíveis que demonstram o problema que ronda a definição de violência: segundo o autor, o fenômeno é multifacetado, socialmente construído e extremamente ambivalente.

Primeiramente, a diversidade de aspectos em que a violência se apresenta é um empecilho para a evolução do debate conceitual. Há inúmeros formatos de violência constituídos numa diversa variedade e escopo de contextos, com, inclusive, possibilidade de inclusão de novos formatos a qualquer momento, de acordo com a evolução da compreensão sobre o fenômeno. Bonamigo (2008, p. 205-206) afirma que as constantes alterações em nossa capacidade de percepção e sensibilidade permitem um campo favorável para a inclusão de novos tipos de violência, como, por exemplo, a discriminação por escolha sexual.

Em segundo lugar, há uma infinidade de percepções da violência, cuja variação parte de cada ponto de vista³. Os processos históricos e aspectos socioculturais particulares de um determinado sujeito, ou grupo, moldam sua concepção de “quem” e do “que” é violento, fazendo, assim, com que a violência seja socialmente construída. A gravidade de um ataque e o impacto na vítima varia a partir de cada participante e observador de uma ação violenta, em que essa variação reside nos significados e experiências em que os atores estão imersos.

Finalmente, a violência pode ser ao mesmo tempo admirada e condenada socialmente. Existe uma linha tênue entre a aceitação e não aceitação de atos violentos na sociedade, em que a cultura tem um papel fundamental como reguladora dessa balança. Dependendo do panorama estabelecido, atos violentos podem ser considerados ilegítimos e imorais e, em contrapartida, também podem ser considerados legítimos e completos de moralidade. Por essa ambiguidade, uma percepção maior de sensibilidade e uma profunda reflexão devem ser empreendidas com mais veemência ao se abordar a violência.

Imbusch (2003) afirma que a violência pode ter sua essência definida a partir de, ao menos, um de sete questionamentos, apresentados no Quadro 1. Se bem observado, cada uma dessas questões pode representar vertentes distintas de sua definição.

³ Magnani (2011) corrobora e desenvolve a afirmação da violência como percepção, construção.

QUADRO 1 - O CONCEITO DE VIOLÊNCIA E SUAS VERTENTES DE SIGNIFICADOS

CATEGORIA	DIMENSÕES RELEVANTES	CRITÉRIO DE DEFINIÇÃO	ELEMENTOS DE DEFINIÇÃO
Quem?	Sujeitos	Agressores (responsáveis) como agentes	Indivíduos, grupos, instituições, estruturas
O quê?	Fenomenologia da violência	Consequência, dano, outros efeitos	Pessoas, objetos
Como?	Formas em que a violência é manifestada	Meios, circunstâncias	Físico, psicológico, simbólico, comunicativo
Para quem?	Objetos da violência	Vítimas	Pessoas, objetos
Por quê? (Motivos)	Causas e motivos	Interesses, possibilidades e contingências	Formas de justificativa
Por quê? (Objetivos)	Metas e objetivos	Graus de oportunidade	Intenções
Por quê? (Justificativas)	Modelos de justificativa	Desviar ou ser condizente com as normas	Legal/Ilegal Legítimo/Ilegítimo

Fonte: Table I-2.1 - The concept of violence and its strands of meaning. In: IMBUSCH, 2003, p. 22. (Tradução nossa)

Quando a definição de violência tem foco na categoria “Quem?”, sua essência é baseada nos perpetradores, em quem a responsabilidade da violência recai. Quando o conceito parte de “O quê?”, o sentido é que a consequência e os resultados da violência, assim como sua escala e escopo, sejam os protagonistas. Em “Como?”, os formatos de manifestação da violência, ou seja, os meios e contextos necessários, são a base da definição. “Para quem?” tem como centro de sua proposta as vítimas a quem a violência é direcionada. Os “Por quê?”, divididos em três ramificações, são pautados nas motivações que tentam justificar a violência; nas intenções e objetivos; e nas adequações às normas impostas pela sociedade.

O Quadro 1 apresenta sentidos em que as definições de violência tomam ou podem tomar forma. É importante frisar que esse quadro não se restringe unicamente aos diversos tipos de conceito de violência em sua generalidade. Há diversas definições distintas de tipos específicos de violência que são baseados no panorama de sete categorias de Imbusch (2003).

A Organização Mundial da Saúde, ao encarar a violência como um dos maiores problemas enfrentados pela sociedade, com grandes impactos à saúde humana, constrói uma

definição de forma abrangente e generalista. Assim, em estudo realizado, a OMS definiu a violência como:

[...] o uso [intencional] de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação⁴ (KRUG et al., 2002b, p. 4, tradução em DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165).

É importante notar que, em sua definição, a OMS deixa claro que exclui os casos em que não há a intenção de perpetrar o ato violento (*intencional*) e expande a concepção comum de que violência reside somente na aplicação da força física, abrangendo também sua existência em formatos não-físicos, tal como coação e ameaça (*ameaça; poder*). É essencial destacar que, nessa definição, as consequências da aplicação da violência não se limitam unicamente ao aspecto material - morte ou ferimento -, mas também a questões abstratas, normalmente consideradas de difícil mensuração, análise e avaliação (*dano psicológico; desenvolvimento prejudicado; privação*). Barash e Webel (2014) corroboram com a ideia de que o pensamento comum que associa violência com ações e consequências físicas e tangíveis, ligadas especificamente à dor física do corpo humano, tem de ser revisto. É válido o recorrente reconhecimento de formas mais amplas de violência.

A violência pode ser explicada sobre a luz dos paradigmas teóricos de Relações Internacionais. De fato, nas tradicionais teorias da disciplina, a violência representa um dos principais componentes estruturais que regem as relações internacionais e não é raro ela ser conectada ao poder soberano. Em um lado, a concepção realista foca claramente a violência como meio de autopreservação, e, de outra perspectiva, o liberalismo aborda a violência como a violação da lei (WILCOX, 2015, p. 18).

No campo do realismo, a violência é considerada uma instituição natural, comum, podendo chegar a ser necessária para a estabilidade política frente às ameaças externas e internas, dependendo das circunstâncias. Ela serve como instrumento do Estado, em sua busca pela manutenção da ordem e sobrevivência em um mundo anárquico. A violência, portanto, desempenha um papel fundamental de proteção contra os outros Estados, e, também, contra guerras civis e anarquia, variáveis que representam ameaças à vida dos indivíduos. Nesse sentido que existe o poder soberano do Estado, representando a segurança, constituído da capacidade de proteção da vida e pautado na percepção de autopreservação e no direito

⁴“[...] the intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment or deprivation”.

inalienável de defesa. A violência serve, dentro do realismo, como forma de preservar os indivíduos deles mesmos (WILCOX, 2015, p. 18-19).

No liberalismo, a autopreservação passa a ser uma condição necessária para o desenvolvimento humano, deixando de ser o propósito máximo político. De acordo com Wilcox (2015, p. 20-23), o sujeito liberal é ameaçado não só por forças exógenas ao Estado soberano, mas também pelo próprio Estado em si. Nesse contexto, o sujeito é pautado de razão, evitando, portanto, a violência, segregando-a somente para casos de autodefesa. Os indivíduos buscam o crescimento, baseados em seus interesses e desejos, resultando na posição da violência como uma violação aos princípios comunitários e seus direitos inalienáveis. No liberalismo, o poder soberano é importante, mas se não for policiado de forma adequada, pode representar uma ameaça à segurança do indivíduo. Os direitos humanos e a segurança humana exercem um papel de destaque na corrente liberal ao limitar o poder soberano estatal e permitir o exercício da liberdade.

A pretensão do trabalho não é a de adotar uma única perspectiva teórica das Relações Internacionais, dentre o Realismo e o Liberalismo, para o estudo da violência e violência armada. Independente disso será possível perceber aspectos de ambos os paradigmas teóricos no decorrer do texto, além de diversas temáticas conectadas às relações internacionais, como o papel das instituições internacionais, cooperação internacional e segurança internacional.

Todo esse arcabouço teórico e conceitual é válido em qualquer discussão sobre a violência. A conexão entre o debate conceitual e a categorização da violência, mesmo que inserida num campo complexo e mutável, serve como a base inicial do conhecimento sobre o fenômeno, como veremos a seguir.

1.2. TIPOLOGIA E NATUREZA

A OMS declara a violência como um dos principais problemas de saúde pública enfrentados pela sociedade mundial⁵. No documento final apresentado no 49º World Health Assembly, em 1996, a OMS urge pela caracterização dos diferentes tipos de violência, assim como suas magnitudes e causas, no intuito de compreender profundamente o fenômeno e construir modelos efetivos de prevenção e redução de seus efeitos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1996).

⁵ Ver World Health Assembly (1996).

A necessidade de caracterização e tipificação da violência, assim como qualquer outra instituição – como, por exemplo, o terrorismo -, servem como condutor base para a construção do conhecimento necessário para identificar, analisar e combater tais estruturas. Nesse intuito, a OMS propõe uma tipologia, representada com um núcleo estruturado na relação entre o perpetrador e a vítima, e na motivação por trás do ataque violento.

A categorização apresentada pela OMS é dividida em três categorias: violência auto-infligida (*self-directed*), violência interpessoal (*interpersonal*) e violência coletiva (*collective*) (KRUG et al., 2002b, p. 6). É importante destacar que cada um desses tipos possuem manifestações particulares e/ou interconectadas, sendo, então, representações em um nível macro, com ramificações flutuantes.

Como apresentado pela OMS, a violência auto-infligida é caracterizada quando o alvo da ação é o próprio praticante, atuando de forma deliberada e intencional. Destarte, a violência auto-infligida possui duas formas de manifestações: o comportamento suicida (*suicidal behaviour*) e a autoagressão (*self-abuse*) (KRUG et al., 2002b, p. 6). A primeira corresponde a qualquer situação com denotação suicida, incluindo, nesse rol, pensamentos, tentativas ou ações com o intuito de tirar a própria vida, mesmo que o objetivo final não seja, de fato, atingido. A segunda manifestação, autoagressão, se refere a qualquer tipo de automutilação, autoflagelação ou agressão direta ao próprio corpo, de cunho intencional, sem o propósito consciente de suicídio.

A segunda categoria de violência apresentada pela OMS é a interpessoal, que se refere à ações violentas que envolvem duas pessoas ou um pequeno grupo. Diferentemente da violência auto-infligida, a partir do nível interpessoal o destino da ação violenta tem como finalidade outrem, não mais a si próprio (KRUG et al., 2002b, p. 6).

O aspecto interpessoal da violência também possui duas ramificações. A violência de família e parceiros íntimos (*Family and intimate partner violence*) engloba todo tipo de violência de caráter doméstico, envolvendo familiares ou companheiros íntimos. É comum, mas não unicamente, que o palco em que esse tipo de violência ocorre seja na própria residência dos envolvidos ou, ao menos, de um dos envolvidos. É nessa subcategoria que a violência de gênero e infantil são mais presentes, assim como a violência com idosos. A violência na comunidade (*community*) envolve pessoas que podem ou não se conhecerem, mas que não tenham vínculos entre si. Nessa categoria se encontram os ataques de cunho sexual – estupro – a partir de desconhecidos, violência da juventude e, também, violência em instituições comunitárias, tais como locais de trabalho, escolas e prisões (KRUG et al, 2002b, p. 6).

A violência coletiva é reconhecida por ter um impacto substancial quando comparado com as duas primeiras categorias propostas pela OMS, além de possuir como atores principais um grande número de indivíduos ou, até mesmo, nações. A violência coletiva possui três subdivisões, sendo a primeira de caráter social, normalmente pautado em expressões de ódio e segregação, como xenofobia; a segunda é a de cunho político, tendo o seu maior exemplo a guerra e suas variantes; e a terceira subdivisão é a econômica, onde a promessa de lucro econômico é o pivô da ação violenta a partir de grandes grupos, sendo um obstáculo à estrutura econômica (KRUG et al., 2002b, p. 6). É importante observar que a violência coletiva tem a possibilidade de ser promovida a partir de conexões entre as três subdivisões. Um ataque terrorista, por exemplo, pode ser induzido a partir de interesses sociais, políticos ou econômicos, assim como pode ser motivado por todos esses três aspectos.

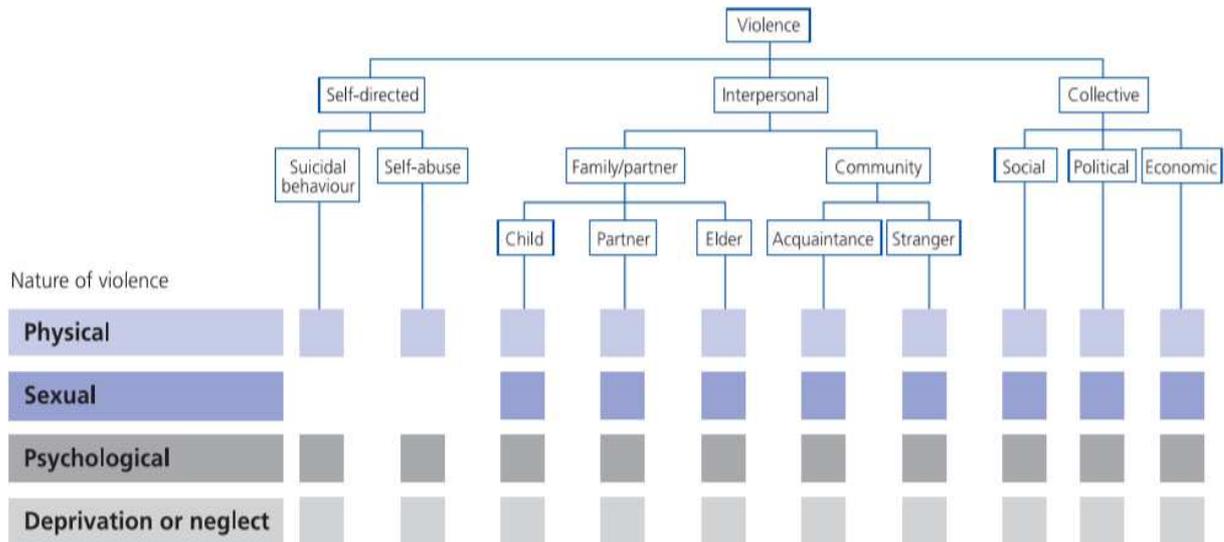
Das três perspectivas lançadas pela OMS, a vertente coletiva da violência é a que mais interage com o campo das relações internacionais. Essa aproximação se deve à multiplicidade de atores envolvidos, a escala das ações violentas e o escopo de seus impactos. Indo além, há uma crescente participação das instituições e agentes da comunidade global com o intuito de identificar, investigar e aplicar métodos para mitigação e prevenção da violência, como será perceptível no decorrer do trabalho.

Aliado à categorização da violência, a OMS apresenta naturezas, ou seja, as formas que as vítimas são violentadas, que se interconectam com todos os tipos e subtipos apresentados. Essas naturezas, formando um total de quatro, são representadas nos aspectos físico, sexual, psicológico e relacionado à privação ou ao abandono⁶ (KRUG et al., 2002b, p. 6-7).

A categorização da violência proposta pela OMS, que elenca tipos e subtipos do fenômeno, cujo foco é a vítima final a ser impactada, em conjunto com sua natureza, que compreende a investida à vítima, é representada por intermédio da Figura 1.

⁶ Há uma única ressalva na interação entre as naturezas e categorias da violência: a violência auto-infligida e a natureza sexual não coexistem.

FIGURA 1 - TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE



Fonte: Figure 1.1 - A typology of violence. In: KRUG et al., 2002b, p. 7.

A tipologia da violência apresentada pela OMS não tem a pretensão de ser considerada a única entre os especialistas do tema ou o público em geral. Segundo estudos realizados pela OMS:

Esta tipologia, embora imperfeita e não universalmente aceita, fornece uma estrutura útil para a compreensão dos tipos complexos de violência praticada em todo o mundo, assim como a violência na vida de indivíduos, famílias e comunidades⁷ (KRUG et al., 2002b, p. 7, tradução em DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1167).

Existem diversas ramificações de tipos de violência⁸, conectadas por linhas tênues que permitem com que cada categoria flerte com as demais, implicando na possibilidade de descaracterização de uma hierarquização da violência. Por envolver múltiplos significados e estruturas distintas, Misse (1999) afirma que o que existem, de fato, são violências, e não uma violência. Cada uma dessas violências possui “[...] diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades” (MISSE, 1999, p. 43).

Toda estrutura categórica referente à violência, independentemente de sua fonte e metodologia, serve como instrumento de reconhecimento de ações violentas, podendo, portanto, auxiliar na identificação do fenômeno, o que serve como primeiro passo para atuações de organismos e instituições lidarem com a violência.

⁷ “This typology, while imperfect and far from being universally accepted, does provide a useful framework for understanding the complex patterns of violence taking place around the world, as well as violence in the everyday lives of individuals, families and communities”.

⁸ Exemplos de variadas manifestações violentas podem ser observados no Anexo A.

1.3. (IN)VISIBILIDADE E PERSPECTIVAS ATUAIS

De acordo com estimativas no relatório da OMS (KRUG et al., 2002b), em 2000, houve mais de um milhão e meio de fatalidades relacionadas a violência, dentre homicídios, suicídios e mortes conectadas a conflitos. Ainda, o relatório apontou que mais de 90% dessas mortes aconteceram em países com baixa e média renda. A Tabela 1 ilustra de melhor forma esses dados.

TABELA 1 – ESTIMATIVA GLOBAL DE MORTES RELACIONADAS COM VIOLÊNCIA EM 2000

Tipo de violência	Número	Taxa por população de 100.000	Proporção do total (%)
Homicídio	520.000	8.8	31.3
Suicídio	815.000	14.5	49.1
Relacionado com guerra	310.000	5.2	18.6
Total	1.659.000	28.8	100.0
Países de renda baixa a média	1.510.000	32.1	91.1
Países de renda alta	149.000	14.4	8.9

Fonte: Tabela 2, In: DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1169.

A Tabela 1 deixa nítido que o maior número de fatalidades violentas é resultante de suicídios, mas com números consideráveis de violência letal de crimes e conflitos. Faz-se importante esclarecer que, independentemente dos números de mortes anuais causados por ações violentas, enquanto indivíduos forem atingidos pela violência contemporânea, será necessário o foco mundial para o combate e prevenção da violência.

É possível concluir, por intermédio da Tabela 1, que a força letal da violência reside quase em sua totalidade em países ainda em desenvolvimento, ressaltando uma grande disparidade da instituição da violência em relação aos países desenvolvidos, o que será debatido ao longo do trabalho sob a perspectiva da violência armada.

Para esse e outros tipos de mensuração relacionados à violência, são necessários dados variados, de fontes diversas⁹. De acordo com Dahlberg e Krug (2006), há uma variedade de graus de utilidade e disponibilidade das diversas fontes de dados entre os países, assim como há uma divergência da capacidade na coleta de informações entre as nações. Não é sempre

⁹ Ver Anexo B para exemplos de tipos de dados e fontes que podem contribuir com a mensuração de impactos da violência.

que essas informações se encontram disponíveis ou podem ser consideradas confiáveis, o que prejudica a mensuração da violência.

Grande parte das ocorrências e efeitos da violência atuam invisíveis à sociedade. Guerras conseguem a atenção da mídia de forma mais efetiva do que abusos domésticos. A violência é mais visível quando possui um impacto considerável, seja de cunho político, social, cultural e/ou econômico. Quando não, é segregada, absorvida e esquecida. Ainda sobre o problema de percepção da violência na sociedade, estudos da OMS (KRUG et. al., 2002b, p. 3, tradução nossa) afirmam que “muitas dessas vítimas são jovens, fracas ou doentes demais para se protegerem. Outras são forçadas por pressões ou convenções sociais a se manterem silenciadas sobre suas experiências.”¹⁰ Chesnais (1999, p. 54) aponta que “a violência [oculta aos olhos da sociedade] só [é conhecida] muito parcialmente, mesmo em caso de falecimento das vítimas; as circunstâncias da morte são, então, esmagadas sob uma capa de silêncio”.

Avaliando os campos de estudos da violência, é possível constatar que, por ser um fenômeno social e enraizado na sociedade, a violência é, ao mesmo tempo, um fator constante e estático, e um fato passível de mudanças em todas as suas dimensões (HEITMEYER; HAGAN, 2003). Diversos contextos, percepções, definições e discussões vão sendo revistas, revogadas, reformadas, atualizadas e inseridas de acordo com a constante necessidade de compreender cada vez mais o fenômeno. Existe, portanto, um incentivo geral e firme da academia, de especialistas, da população e de setores públicos e privados pela continuidade e expansão dos estudos de violência e da aplicabilidade de medidas de prevenção.

Partindo das perspectivas do cenário global do início do século XXI, Heitmeyer e Hagan (2003) apontam cinco tópicos prováveis de serem os focos de estudos de violência no decorrer da primeira metade do século. O retorno da violência étnica à Europa constitui o primeiro tópico. O segundo ponto é focado na “nova geração” do terrorismo, de escalas inimagináveis, que emergiu após os atentados do fatídico 11 de Setembro de 2001. A terceira questão é pautada nos conflitos cuja origem ou finalidade são os recursos naturais, cada vez mais escassos. O quarto possível tópico reside na queda da concepção da guerra tradicional, que, cada vez mais, está agregando métodos e situações não-convencionais aos conflitos modernos. Por fim, o quinto foco reside na sensibilidade em que os pesquisadores deverão ter com os novos tipos de violência que estão surgindo, que permitem que os responsáveis fiquem mascarados e que os resultados sejam destrutíveis e indetectáveis.

¹⁰“Many of the victims are too young, weak or ill to protect themselves. Others are forced by social conventions or pressures to keep silent about their experiences”.

É importante destacar, considerando os tópicos de violência proeminentes para o futuro apresentados por Heitmeyer e Hagan, que não se deve reter uma total e única atenção a essas problemáticas. Como sempre lembrado pelos pesquisadores da temática, a violência é um fenômeno complexo e que afeta toda a população humana, possuindo diversas facetas e estruturas. Toda violência, independente de qual tipo e função, tem que ser levada à discussão e requer a atenção da sociedade. A violência armada é uma delas, representando o formato mais letal e atual da violência.

2. A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTEMPORÂNEA: O FARDAMENTO MUNDIAL DA VIOLÊNCIA ARMADA

Um dos principais problemas enfrentados pela sociedade atual é a violência armada, elemento que tem causado efeitos diretos e indiretos na vida das pessoas ao redor do mundo. Desde a violência de gangues de rua até conflitos entre nações, a violência armada comumente resulta em diversos fatores prejudiciais a sociedade, como mortes, migrações forçadas, violência sexual, fome, subdesenvolvimento e inúmeros outros fatores nocivos à segurança mundial (UNDP, 2005; GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008a; 2008b; 2011; 2015; OECD, 2009; 2011).

A violência armada pode ser categorizada em dois aspectos centrais, a violência armada criminal e a de conflito. É um fenômeno que afeta não só os Estados, mas a comunidade internacional como um todo. Constitui, de fato, um fenômeno social complexo, de múltiplos formatos e contextos (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011, p. 11). De acordo com a OCDE (OECD, 2009, p. 13), a perspectiva da violência armada possui uma estrutura que permite uma visão geral e abrangente não só de conflitos armados, mas também de crimes violentos e violência interpessoal, em todos os níveis organizacionais.

Dessa maneira, é requisitado o empenho de ações responsivas das instituições internacionais, pesquisadores e *policy-makers*. Para a diminuição e prevenção dessa violência, se faz necessário o conhecimento e reconhecimento constante de todas as suas características e peculiaridades.

Partindo desse contexto, a violência armada será problematizada, situando-a como expoente primeiro da violência moderna. O presente capítulo possui o intuito de analisar as principais características da violência armada e encontra-se dividido em três tópicos interligáveis. Na primeira seção, será apresentado um panorama da violência armada, discutindo sua complexidade e capacidade multidimensional. Em seguida, será discutida a proposta de uma abordagem unificada de tipologia da violência armada, presente em estudos realizados pela Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento. Na terceira e última seção do capítulo, as características e particularidades do fenômeno da violência armada serão focados na discussão, assim como uma breve reflexão sobre as causalidades das ações violentas será debatida.

2.1. (RE)CONHECENDO A VIOLÊNCIA ARMADA

Segundo o *Geneva Declaration Secretariat* (2011, p. 11, tradução nossa):

Altos níveis de violência armada, mesmo quando não resulta em morte ou ferimento, disseminam medo e insegurança, e corroem a estrutura social, política e econômica das comunidades e sociedades, de formas difíceis de mensurar ou comparar.¹¹

A violência armada envolve, diretamente, a ação deliberada – intencional – que resulta em morte ou algum tipo de dano, o que acaba diferenciando o fenômeno de outras tragédias vivenciadas pela humanidade, como epidemias ou desastres naturais (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011). É incontestável o fato de que a violência armada é uma ameaça direta à segurança e o bem-estar de toda a sociedade (OECD, 2009, p. 13).

De acordo com Krause e Muggah (2007), a violência armada implica na adição de um instrumento externo na instituição da violência: a arma, podendo ser cortante, de impacto, de fogo, explosiva ou outros tipos de armamento. Existe um foco maior dado nos estudos de violência armada às armas pequenas e leves, por sua capacidade destrutiva e seu uso desproporcional para a execução da violência frente aos outros tipos de armamentos (KRAUSE; MUGGAH, 2007). De acordo com o PNUD (UNDP, 2005, p. 11), mais de 600 milhões de armas pequenas¹² espalhadas pelo mundo, com mais de metade delas em posse de civis. O aumento exponencial da produção, o desenvolvimento tecnológico, a expansão do comércio, a facilidade atual de obtenção e a capacidade destrutiva de armas de fogo e outros tipos de armamentos, elevou a violência a um novo patamar, transformando a violência armada no símbolo da violência moderna (EZELL, 2002; FLORQUIN, 2006; STOHL; SCHROEDER; SMITH, 2007).

Sem surpresas, assim como a visão generalizada da violência, a violência armada é um fenômeno social complexo, percebido em um campo multidimensional, envolvendo diversos fatores passíveis de mudança de acordo com a situação e o contexto em que se encontra inseridos (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008a; 2011; HAMMAN-NIELEBOCK; CARVALHO, 2008; IANSA; AMNESTY INTERNATIONAL, 2011).

¹¹“High levels of armed violence – even when they do not result in death or injury – spread fear and insecurity, and corrode the social, political, and economic fabric of communities and societies in ways that are difficult to measure or compare”.

¹² As armas pequenas e leves são denominadas somente como armas pequenas na maioria das pesquisas da área. De acordo com a UNGA (1997), as armas pequenas abrangem revólveres e pistolas semiautomáticas, espingardas e carabinas, rifles de assalto, metralhadoras e metralhadoras leves; e as armas leves podem ser caracterizadas como metralhadoras pesadas, lançadores de granadas (de mão ou com suporte), armamento antiaéreo portátil, armamento antitanque portátil, sistemas de mísseis e foguetes antitanque e antiaéreos portáteis, rifles sem recuo ou morteiros de calibres menores que 100 milímetros.

Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a violência armada, em sua multiplicidade de contextos, encontra-se ativa em sociedades consideradas pacíficas e em populações inseridas em situações críticas de segurança (OECD, 2009, p. 21-22).

Atualmente, segundo Hamman-Nielebock e Carvalho (2008), a violência armada vive uma carência na compreensão de seu teor complexo e multidimensional, apesar do reconhecimento dessa deficiência. Não haverá avanço expressivo em medidas responsivas de prevenção, controle e redução da violência armada se esse problema não for sanado e o debate entre estudiosos e tomadores de decisão não for mais desenvolvido (HAMANN-NIELEBOCK; CARVALHO, 2008, p. 106).

Como é perceptível na grande maioria dos fenômenos sociais, a violência armada não possui uma definição reconhecida e acordada internacionalmente (KRAUSE; MUGGAH, 2007). Esse fator não impede – e não deve, de forma alguma, ser um empecilho para - que instituições e pesquisadores da temática lancem propostas de definições com o intuito de entender o que é a violência armada, sendo esta etapa, normalmente, o ponto de partida para qualquer ação.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, a Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento e o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE possuem conceitos próprios para o questionamento central do que é a violência armada. Esses conceitos encontram-se ilustrados no Quadro 2.

QUADRO 2 – DEFINIÇÕES DE VIOLÊNCIA ARMADA MAIS RECONHECIDAS

Fonte	Definição
Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU)	“O uso intencional da força física, em ameaça ou na prática, com armas, contra si próprio, outra pessoa, grupo, comunidade ou Estado, que resulta em perda, ferimento, morte e/ou dano psicossocial a um indivíduo ou indivíduos, e que podem comprometer a perspectiva e conquista da segurança e desenvolvimento de uma comunidade, país ou região”
Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento (DGVAD)	“O uso intencional de força ilegítima (ameaça ou na prática) com armas ou explosivos, contra uma pessoa, grupo, comunidade, ou Estado, que atenta contra a segurança do indivíduo e/ou o desenvolvimento sustentável”
Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE-CAD)	“O uso intencional de armas para infligir ferimento, morte ou dano psicológico que prejudica o desenvolvimento”

Fonte: IANSA; AMNESTY INTERNATIONAL, 2011, p. 4 (Tradução nossa).

Como observado no Quadro 2, todas as três definições pretendem ser abrangentes em suas estruturas, fixando a ideia da violência armada como a violência exercida por intermédio de armas de fogo e outras armas pequenas, sendo estes seus principais instrumentos. Ainda, essas definições abarcam eventos que vão de conflitos armados à crimes cotidianos individuais, com o intuito de não excluir possíveis situações em que a violência armada poderia estar sendo praticada (IANSA; AMNESTY INTERNATIONAL, 2011).

Para o presente trabalho, utilizaremos a definição proposta pela DGVAD. Deste modo, a violência armada pode ser compreendida, sob as lentes da DGVAD, como

[...] o uso intencional de força ilegítima (ameaça ou na prática) com armas ou explosivos, contra uma pessoa, grupo, comunidade, ou Estado, que atenta contra a segurança do indivíduo e/ou o desenvolvimento sustentável (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008a, p. 2, tradução nossa).¹³

¹³ “[...] the intentional use of illegitimate force (actual or threatened) with arms or explosives, against a person, group, community, or state, that undermines people-centred security and/or sustainable development”.

A definição apresentada pela DGVAD permite que a violência armada seja analisada em situações diversas, partindo de concepções máximas como conflitos armados de larga escala até cenários em que a violência armada possa vir a ser algo imperceptível pela sociedade, em situações em que não há a instituição de conflitos (criminal).

O argumento por trás da escolha da definição da DGVAD está na união de três características: a ausência do suicídio; a multiplicidade de atores; e a implicação da violência como uso ilegítimo da força. Essas características estão ausentes em uma ou em todas as outras duas definições apresentadas.

Primeiramente, a exclusão do suicídio ou qualquer tipo de dano auto infligido permite ter como foco do alvo final o “outro”. Esse tipo de violência pode ser observado na definição apresentada pelo SGNU, que inclui o suicídio como uma das modalidades de violência armada, e, também, presente na visão generalizada de violência proposta pela OMS.

Em segundo, a declaração da possibilidade do ator-alvo ser um indivíduo, um grupo, uma comunidade ou até mesmo o próprio Estado é importante por expandir o elenco de atores finais, permitindo assim, uma abrangência necessária para a compreensão e análise dos efeitos da violência armada. Essa multiplicidade de atores é um elemento ausente na definição da OCDE-CAD.

Por fim, a terceira característica é ressaltada por abordar a violência como o uso ilegítimo da força. A violência armada deve ser diferenciada do uso legal da força. O Estado possui o monopólio do uso legal da força para proteção e segurança de suas instituições e população, de acordo com seu aporte jurídico em conjunto com as obrigações legais internacionais em que se encontra inserido. Para não deturpar sua síntese, permitindo aplicações eficientes de prevenção e redução, a violência armada deve ser restrita ao uso ilegítimo da força (IANSA; AMNESTY INTERNATIONAL, 2011). É importante ressaltar que o Estado também pode utilizar a força de forma ilegítima.

2.2. UMA ABORDAGEM TIPOLOGICA UNIFICADA

A violência armada está estruturada em formatos interpessoais, sociais, políticos, econômicos e institucionais, partindo de ações individuais à coletivas, concretizadas de maneiras organizadas e desorganizadas (KRAUSE; MUGGAH, 2007; GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011). Segundo o *Geneva Declaration Secretariat* (2011), a violência armada possui diversas facetas, situadas nos mais variados contextos e em

diferentes níveis, e é comumente abordada através de um conjunto de distinções de tipos específicos que podem ser catalogados de acordo com seus contextos ou pelas intenções de quem perpetra essa violência. Destarte, duas distinções, que representam o nível de organização de atos violentos, assim como as motivações por trás desses atos, são apresentadas como as mais comuns: a distinção entre violência organizada/coletiva e a violência interpessoal/individual, cuja base reside no grau de organização e no contexto em que a violência se encontra; e a distinção entre violência de conflito/politicamente motivada e violência criminal/economicamente motivada, cujo cerne é a intenção do perpetrador.

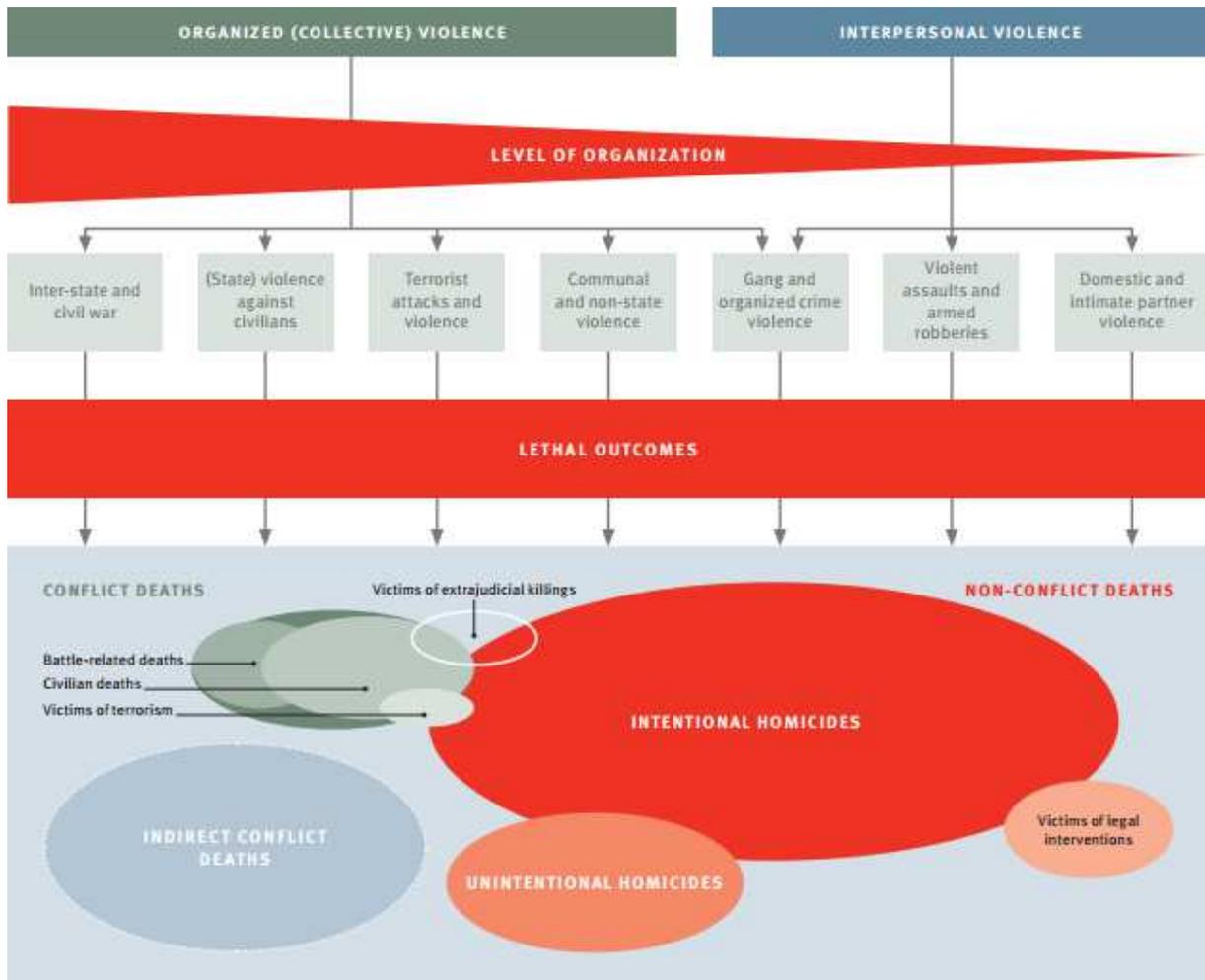
Partindo dessa premissa, o *Geneva Declaration Secretariat* (2011) apresenta uma proposta de modelo estrutural da violência, em uma abordagem unificada, não de forma imperativa, mas sim pautada como uma sugestão para debate, passível de discussão e reformulações. Esse modelo é, então, estruturado em três níveis, que, para melhor organização, serão denominado de nível primário, secundário e terciário da violência armada.

O nível primário é centrado nas duas primeiras distinções apresentadas, baseadas, essencialmente, na capacidade organizacional da violência armada. Assim, portanto, em um nível macro, a violência armada pode ser dividida em violência coletiva, em que o grau de organização é mais intenso e elevado, e na violência interpessoal, em que os níveis de organização são menores. Existe, inserido nas estruturas presentes no nível primário da violência armada, um amplo campo de ramificações de subtipologias que pretendem delinear diferentes formas de violência armada (conflito e criminal)¹⁴. Nesse nível secundário, o *Geneva Declaration Secretariat* (2011) apresenta diversos contextos, pautados nos atores e nas motivações, onde a violência armada acontece. Por fim, o nível terciário da abordagem unificada apresentada pela DGVAD é focado nas consequências letais da violência armada, expondo as mortes em conflitos e em situações de não conflito. A letalidade da violência armada será desenvolvida no decorrer do trabalho.

Os três níveis – primário, secundário e terciário – dessa proposta unificada de categorização da violência armada apresentado pelo *Geneva Declaration Secretariat* (2011) se encontram ilustrados na Figura 2.

¹⁴ Para exemplos de manifestações de violência armada, ver Anexo C.

FIGURA 2 - CATEGORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA



Fonte: GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011, p. 14.

Como exposto na Figura 2, encontramos no âmbito da violência armada coletiva, eventos tais como guerras civis e interestaduais, violência estatal contra civis, ataques terroristas, e violência comunitária e não estatal. No espectro da violência interpessoal, encontramos ações como agressões violentas e roubos armados, e violência doméstica e íntima. O crime organizado e a violência de gangues de rua situam-se em ambas as categorias primárias de violência armada.

Independente da proposta de um modelo geral da violência armada é necessário estar ciente dos problemas que surgem ao classificar de forma conveniente, restrita e limitada a violência armada. Esse tipo de limitação tende a obstruir e, até mesmo, prejudicar o desenvolvimento de medidas efetivas de combate à violência armada (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011).

Pensando na idealização de uma estrutura geral da violência armada apresentada na Figura 1, em conjunto com o contexto dos problemas encontrados em classificações limitantes, o *Geneva Declaration Secretariat* (2011, p. 15-18) apresenta quatro fatores que precisam ser considerados: um determinado incidente violento particular não precisa, necessariamente, se encaixar em uma – e somente uma – categoria de violência armada; é possível que diferentes formas de violência armada também possam estar presentes simultaneamente em determinado ato, assim como podem ser perpetradas pelos mesmos agressores; a violência armada pode mudar de uma forma para outra a qualquer momento; e a categorização restrita tende a dificultar a possível identificação sobre como os diferentes formatos de violência armada podem se conectar ou compartilhar suas causas, ao firmar um complexo limitado em que define os agressores, vítimas, sobreviventes e condições específicas para cada tipo.

Como aponta Gilgen (2012, p. 1), está cada vez mais difícil traçar limites entre as fronteiras das categorias de violência armada. Um contexto interpessoal pode refletir, na verdade, um contexto econômico, ou uma questão política pode representar uma delimitação social.

O limiar tênue da tipologia da violência armada constitui mais um dos aspectos da violência armada, aumentando o seu nível de complexidade e variabilidade. Todo esse panorama implica em especificidades próprias para o fenômeno e características particulares que levam à ocorrência de ações violentas.

2.3. FATORES-CHAVE E CAUSALIDADES

A OCDE considera que a emergência da violência armada é resultante de graves problemas globais que se relacionam com os âmbitos securitivos e de desenvolvimento internacionalmente. Como exemplos,

[...] o enfraquecimento relativo das instituições nacionais em relação à estabilidade macroeconômica global e confiança financeira; o crescente empoderamento de atores não-estatais; urbanização rápida e descontrolada; degradação ambiental; e grandes transformações demográficas, como o crescimento da populações jovens e frequentemente desempregados. A globalização e a relativa liberdade de movimento de capitais, bens e indivíduos também têm permitido a prosperidade nos mercados

ilícitos globais em armas, commodities e fluxos financeiros¹⁵ (OECD, 2009, p. 14, tradução nossa).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o principal organismo em prol do desenvolvimento internacional e faz parte do sistema de instituições das Organizações das Nações Unidas. Como veremos no decorrer do texto, o PNUD é uma das mais importantes organizações internacionais que analisam a importância da violência armada como obstáculo para o desenvolvimento.

Ao refletir sobre as causalidades por trás da violência armada, o PNUD (UNDP, 2005, p. 15) compreende que sua variedade de tipos implica, normalmente, em generalizações sobre a problemática de suas causas. Nesse sentido, com o intuito de sobrepor os desafios da complexidade e dos contextos abrangentes das causas da violência armada, o PNUD identifica três sistemas de fatores que podem, de maneira significativa, construir condições, ou simplesmente servir de gatilho, para a instituição da violência armada.

O primeiro nível é denominado pelo PNUD como fatores estruturais ou macro (*structural or macro factors*). Nele, a violência armada é associada a fortes desigualdades nas estruturas sociais, políticas e econômicas, aliadas a uma fraca capacidade de controle estatal. Instabilidades políticas, tais como transição de sistema político, desintegração estatal e má governança, assim como pobreza e privação em qualquer aspecto, podem auxiliar, direta e indiretamente, no surgimento – ou retorno – da violência armada (UNDP, 2005).

Em um segundo nível estão os fatores situacionais (*situational factors*), que envolvem diretamente questões identitárias e culturais. Essas estruturas, representadas por comportamentos no âmbito social, político e religioso, moldam não somente a base da interação humana, mas também a forma com que as pessoas se envolvem com a violência. Nesse caso, o modo com que os atores envolvidos em violência armada lidam com sua própria identidade, interesses e noção de cultura, transforma-se em fatores situacionais que afetam a probabilidade da ocorrência da violência armada (UNDP, 2005).

Por fim, constituindo-se como o terceiro nível, estão os fatores catalíticos e imediatos (*catalytic and trigger factors*). Esses fatores não representam, adequadamente, causas da violência, mas servem como catalisador de transformação de uma determinada situação de crise para um contexto violento. O exemplo utilizado pelo PNUD (UNDP, 2005) para

¹⁵ “[...] the relative weakening of national institutions in relation to global macroeconomic stability and financial confidence; the growing empowerment of non-state actors; rapid and uncontrolled urbanization; environmental degradation; and major demographic transformations such as the growth of young and frequently unemployed populations. Globalisation and the relative freedom of movement of capital, goods and individuals have also enabled thriving global illicit markets in weapons, commodities and financial flows.”

exemplificar esse nível são as armas pequenas e sua atual capacidade de proliferação e disponibilidade, o que expande a presença da violência armada, em seus mais variados tipos.

Para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre as causalidades da violência armada, se faz necessária uma abordagem compreensiva e multidimensional. Essa perspectiva do fenômeno, portanto, deve envolver seus fatores basilares, enraizados na sociedade, e também os vetores que servem como “gatilhos” para a instituição dessa violência (UNDP, 2005, p. 15).

Violência armada é, de fato, um fenômeno social particular, possuindo características únicas e diversas, cuja importância não deve ser reprimida, e que urge por uma mobilização mundial em sua oposição. Nesse contexto, a OCDE elenca cinco características cruciais para o entendimento dessa manifestação: a marginalidade geográfica, a multiplicidade dimensional, a divisão de gênero, a fragilidade da segurança pública e a capacidade controladora da violência armada (OECD, 2009, p. 31-33).

De continentes, em um nível macro, a bairros e ruas, em um nível micro, determinadas regiões podem sofrer com altos níveis de violência armada, enquanto outras áreas não. Normalmente, essas determinadas áreas são consideradas segregadas, negligenciadas e periféricas em relação à sociedade, em que, na maior parte das vezes, já existe um histórico negativo, onde estruturas ilegais e informais de poder encontram espaço por meio do colapso da estrutura social para seu desenvolvimento.

O'Donnell (1993, p. 130) nomeou essas periferias de “áreas marrons”. Essas regiões possuem baixo ou nenhum nível de presença estatal e eficácia na abrangência territorial, onde a burocracia e as instituições legais não funcionam ou não existem. As “áreas marrons” podem, então, ser baseadas na ausência do poder infraestrutural do Estado, ou seja, da capacidade de centralização da organização do território (MANN, 1984). Como veremos adiante, esse ambiente negligenciado pelo Estado e pelo sistema internacional, permite a ocorrência, continuidade e recorrência da violência armada. É possível observar essa marginalidade geográfica nas favelas brasileiras, em regiões fronteiriças como na divisão territorial entre Eritreia e Etiópia, em diversos países africanos instáveis, como a Somália, nas regiões dominadas por paramilitares na Colômbia, e em inúmeros outros lugares situados à margem do mundo.

A violência armada pode ser percebida em dimensões regionais e transnacionais, existindo uma linha entre ambas em que não há dificuldade em ser ultrapassada. Eventos violentos em determinado local podem, dependendo de sua intensidade e contexto, ultrapassar fronteiras e expandir seu campo de ação. Em outra percepção, também é possível que fatores

violentos externos influenciem diretamente na dinâmica violência armada local. Sobre o limiar tênue entre os níveis locais e globais da violência armada, a OCDE (OECD, 2009, p. 21) exemplifica pontuando os casos do crime transnacional e o crescimento de população jovem, comumente sem empregos nos países ainda em desenvolvimento. As percepções e ações de violência armada conseguem atravessar fronteiras, expandido sua estrutura para outros países ou absorvendo características violentas externas e aplicando no âmbito local.

Jovens do sexo masculino representam a maioria dos perpetradores e vítimas de ataques armados, em todas as sociedades (OECD, 2009, p. 31). Mulheres, crianças e idosos também sofrem os impactos diretos da violência armada, mas normalmente fazem parte da estatística dos sobreviventes de ataques não letais, tendo, portanto, que lidar com a consequência desses atos violentos. Nesse contexto, é certo afirmar que a violência armada é profundamente de gênero. Ainda nessa temática, é importante ressaltar a violência sexual como um dos desafios da violência armada, por colocar mulheres e crianças em situação de risco e vulnerabilidade, não somente em zonas de guerras, mas também nas ruas e, até mesmo, dentro dos seus próprios lares (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008a; 2011; OECD, 2009).

Falhas no sistema de segurança pública estão correlacionadas com a expansão de violência armada. Quando o Estado não possui o monopólio legal do uso da força ou o utiliza de forma descontrolada, é comum uma tendência em que os cidadãos passam a se sentirem melhor representados ou protegidos por grupos armados em vez de autoridades públicas. Nesse contexto, também, há a possibilidade de ascensão econômica desses cidadãos através de atividades ilícitas, em detrimento de oportunidades legais e formais, permissíveis em um ambiente inseguro, o que leva a alimentar, direta ou indiretamente, a violência armada.

Violência armada é um formato eficiente do exercício de controle, que pode envolver o domínio de territórios, recursos naturais, instituições estatais, economias locais e populações específicas. Os atores não-estatais aproveitam do hiato deixado pela não representatividade de forças da lei locais para dominar a sociedade.

3. VIOLÊNCIA ARMADA E DESENVOLVIMENTO: A CONEXÃO ENTRE OS DOIS PONTOS

Centenas de milhares de pessoas morrem violentamente a cada ano, milhões sobrevivem em situações precárias após ataques violentos e muito capital tem sido gasto para reparar os danos da violência armada na sociedade. Em estudo do PNUD (UNDP, 2005, p. 9), foi afirmado que o medo e a insegurança são particularidades características criadas pela instituição de violência armada, e seus efeitos são mais sentidos pelas camadas mais pobres da população. Esses impactos minam a capacidade de progressão em busca do desenvolvimento humano, posicionando a violência armada como um instrumento de obstáculo para o bem-estar humano.

A relação entre a agenda desenvolvimentista, representada atualmente pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e a violência armada está sendo cada vez mais reconhecida no cenário internacional e nacional. Essa associação está implicando em claras repercussões na agenda de desenvolvimento pós-2015 (UNGA, 2000; 2015).

Será desenvolvido, portanto, no presente capítulo, a relação entre a instituição da violência armada como obstáculo para o desenvolvimento. Dividido em duas seções, o capítulo buscará, em um primeiro momento, fazer uma reflexão das consequências da violência armada nos âmbitos humano, social e econômico, para, por conseguinte, refletir sobre os custos negativos expressivos ao campo do desenvolvimento. Nesse sentido, será ofertado um destaque maior aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na análise da associação entre violência armada e desenvolvimento. Será debatido, também, perspectivas do tema apresentado para a futura agenda desenvolvimentista acordada internacionalmente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3.1. MAIS VIOLÊNCIA ARMADA, MENOS DESENVOLVIMENTO

De acordo com o Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2011, p. 58, tradução nossa), “os custos da violência para os cidadãos, comunidades, países e para o mundo, são enormes, tanto em termos de sofrimento humano quanto consequências econômicas”.¹⁶ O impacto da violência armada no bem-estar humano e seu efeito danoso à economia e instituições globais,

¹⁶ “The costs of violence for citizens, communities, countries, and the world are enormous, both in terms of human suffering and social and economic consequences”.

colocam a prevenção da violência armada como a maior prioridade para as políticas públicas focadas em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento¹⁷ são os que mais sofrem os impactos da violência armada, assim como têm em suas estruturas meios permissivos para a instituição e recorrência da violência. Segundo o *Geneva Declaration Secretariat* (2008b), menos de 10% das mortes violentas ocorrem em países de renda elevada e que a taxa de mortalidade por violência é praticamente duas vezes e meia maior em países ainda em desenvolvimento. Há, portanto, uma dicotomia no sistema internacional onde os países ainda em desenvolvimento são mais suscetíveis à instituição da violência armada e os países desenvolvidos encontram-se preparados para qualquer situação violenta. Essa estrutura contribui para acentuar as diferenças entre ambos os grupos de países.

Ao analisar o fator-chave que deve ser focado nas medidas de redução e prevenção da violência armada, a OCDE estabelece dois níveis a serem considerados: primeiro, em um nível pessoal, o cerne principal deve ser a redução do sofrimento humano; em um nível político, para a obtenção de resultados de políticas de desenvolvimento, o que inclui os ODM, há a necessidade do combate à violência armada (OECD, 2011, p. 2).

Na Figura 3, a OCDE esquematiza a estrutura dos impactos da violência armada: os custos humanos, o dispêndio no aumento de forças da lei, os impactos na economia, e a lentidão ou estagnação do progresso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

¹⁷ Países com renda média ou baixa.

FIGURA 3 – ESTRUTURA DOS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA ARMADA

Fonte: OECD, 2011, p. 2 (Tradução nossa).

A Figura 3 representa como os impactos da violência armada encontram-se estruturados: seus danos afetam os fundamentos legais do Estado, atinge o setor econômico local e global, ataca direta e indiretamente os indivíduos e contribuem, claramente, para a estagnação e retrocesso da política internacional desenvolvimentista representada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Cada um desses impactos será abordado em seguida.

3.2. CUSTOS HUMANOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

De acordo com o *Geneva Declaration Secretariat* (2008b, p. 7, tradução nossa), a violência armada “[...] interrompe mercados; desloca populações; destrói escolas, clínicas e estradas; e marca famílias, comunidades e sociedades¹⁸”. As consequências da violência armada são variadas, podendo ter formas diretas ou indiretas, com custos humanos e nos

¹⁸ “[...] disrupts markets; displaces populations; destroys schools, clinics, and roads; and scars families, communities and societies.”

âmbitos sociais, econômicos e de desenvolvimento, como pode ser observado no Quadro 3 (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008b).

QUADRO 3 – PANORAMA DOS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS DA VIOLÊNCIA ARMADA

	Humano	Social, Econômico e de Desenvolvimento
Direto	Mortes e ferimentos	<p>Gastos: Atendimento hospitalar/funeral/crédito Pagamento de seguro de vida</p> <p>Perda: Perda de produtividade/renda Comércio interrompido Arrecadação de impostos deficiente Danos à propriedade privada Danos à infraestrutura Danos à agricultura</p>
Indireto (excedente)	Morte e doenças (doenças tratáveis) Mortes e doenças (desnutrição) Mortes e ferimentos (situações de risco/perigo)	<p>Gastos: Auxílios para a família Cuidados médicos (tratamentos) Aumento de forças policiais Encarceramento Elevação das taxas de seguros Elevação dos preços dos produtos Serviços legais</p> <p>Perda: Perda de qualidade de vida Migração/Emigração Perda de produtividade/renda (longo prazo) PIB¹⁹ reduzido</p>

Fonte: Table 1 – Framing Direct and Indirect Costs of Armed Violence In: Krause; Muggah, 2007, p. 3 (Tradução nossa).

O Quadro 3 desenvolve os custos da violência armada em dois âmbitos: o humano e o social, econômico e voltado para o desenvolvimento. Fica claro, também, que existem consequências diretas das ações violentas, mais perceptíveis, mas que é necessário enaltecer a nocividade do excedente dessas agressões.

A morte representa o extremo da consequência da violência armada. Em média, cerca de 508 mil pessoas morreram anualmente devido a letalidade da violência armada no período que compreende os anos de 2007 a 2012, segundo os dados mais recentes coletados pela DGVAD²⁰ (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2015). Essa estatística representa

¹⁹ Produto Interno Bruto

²⁰ O Anexo D apresenta um mapa global da violência letal no período 2007-2012, que permite identificar visualmente onde a violência possui uma maior presença.

uma diminuição no número de fatalidades diretas da violência armada em comparação a mesma pesquisa levantada pela DGVAD referente ao período entre 2004 e 2007, que apontaram 526 mil mortes anuais (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011, p. 1). Apesar da diminuição de fatalidades por violência armada no panorama geral, houve um significativo acréscimo em relação às mortes diretas causadas por conflitos armados, o que pode ser explicado pelos crescentes conflitos no Norte e Centro da África.

Por intermédio das estatísticas do período 2007-2012, o *Geneva Declaration Secretariat* (2015, p. 51-54) pode observar que, das 508 mil mortes anuais nesse período, 70 mil foram resultantes de conflitos diretos (conflitos armados, violência política e terrorismo), 42 mil fatalidades por homicídios não-intencionais (“acidentais”), 377 mil mortes por homicídios intencionais (violência interpessoal, de gangues, e crimes com motivações econômicas), e 19 mil vítimas de intervenções legais (por forças da lei ou de segurança estatal)²¹. Esses dados servem para demonstrar que a maioria das vítimas de violência letal reside em situações de não-conflito.

A DGVAD levantou dados de mais de 180 países, em termos de mortes violentas, em relação à média do período entre 2007 e 2012²². Isolando o grupo formado pelos 30 países considerados mais violentos nesse período (em média de mortes violentas)²³, foi possível constatar que a maioria desses países se encontra localizado na África (14 países), América Latina (12 países) e Ásia (4 países), o que serve de confirmação de que a instituição da violência ocorre com mais impacto em regiões/países ainda em desenvolvimento. Nesse estudo, os países com maior ocorrência de violência armada²⁴, foram Honduras (73,4), El Salvador (59,1) e Venezuela (59,0). Já no mesmo estudo realizado, sendo a análise considerando unicamente o ano de 2012²⁵, os três países mais violentos foram Síria (180,2), Honduras (90,4) e Venezuela (72,2). De acordo com Hamman-Nielebock e Carvalho (2008), em lugares em que a taxa de homicídio é elevada, normalmente em áreas urbanas e densamente habitadas, a violência passa a ser banalizada, tornando-se algo comum entre a sociedade.

²¹ O Anexo E ilustra a distribuição dos números da violência letal em mortes ocasionadas por conflitos e por situações de não-conflitos.

²² Para listagem completa e outros dados, ver GENEVA DECLARATION ON ARMED VIOLENCE AND DEVELOPMENT. DATABASE 2015. Disponível em: <<http://www.genevadeclaration.org/measurability/global-burden-of-armed-violence/gbav-2015/interactive-map-charts.html>>.

²³ Para a lista dos 30 países mais violentos no período 2007-2012, ver Anexo F.

²⁴ Média de mortes violentas dentro de uma população de 100 mil.

²⁵ Ver Anexo G, para estatísticas de 2012.

Sobrevivendo aos ataques violentos, milhões de pessoas ficam severamente feridas (UNDP, 2005). Assim, além das fatalidades, os ferimentos (danos) dos sobreviventes prejudicam a vida humana, podendo não ser somente no campo físico, mas psicológico também, elevando o campo dos custos humanos para uma camada mais complexa. Além dos danos estritamente físicos, as vítimas de violência tornam-se mais vulneráveis a uma grande variedade de problemas de saúde mental e física (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008b). Os custos indiretos da violência armada (estresse e trauma, afastamento do trabalho devido a incidentes violentos, menor capacidade produtiva por lesão ou doença mental) ofuscam os custos diretos (THE WORLD BANK, 2011). Segundo o *Geneva Declaration Secretariat* (2008b), os custos indiretos da violência armada são bem mais prejudiciais para a economia e sociedade por causa de seus efeitos, como a percepção de insegurança e os distúrbios psicológicos.

De acordo com Gilgen, Krause e Muggah (2012, p. 5-6), os sobreviventes da violência armada representam gastos excessivos, o que inclui hospitalização por longo tempo, extensivos cuidados e reabilitação, mudanças involuntárias nas estruturas familiares, ruptura nas relações sociais e o aprofundamento das desigualdades de gênero. Esses gastos são extremamente dispendiosos até mesmo para países com altos níveis de desenvolvimento (UNDP, 2005, p. 13).

De acordo com o Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2011), uma das maiores consequências humanas da violência armada é o deslocamento das pessoas para longe de seus lares, cidades e países, representando um grave problema no sistema internacional. Essas pessoas buscam fugir da presença calamitosa da violência, podendo ser por imposição ou voluntariamente. Partem para países próximos, vivendo em condições deploráveis em campos de refugiados, ou nem conseguem atravessar as fronteiras, sobrevivendo marginalmente dentro de seu próprio país (HAMMAN-NIELEBOCK; CARVALHO, 2008). Representa, atualmente, uma das crises sofridas pela comunidade internacional.

Até o fim de 2009, cerca de 42 milhões de pessoas foram forçadas a sair de seus lares - 15 milhões de refugiados que tiveram de sair do seu país natal e 27 milhões de deslocados internos -, por causa de conflitos armados, violência e violações dos direitos humanos (THE WORLD BANK, 2011, p. 61). Em 2013, o número total de deslocados no mundo passou dos 50 milhões de pessoas (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2015). Segundo relatório da Organização das Nações Unidas, em 2013, por causa de conflitos armados, 32 mil pessoas tiveram que abandonar seus lares em busca de segurança, diariamente (ONU, 2014, p. 8). A grande maioria desses refugiados, cerca de 70% do número total global, foi hospedada

por países em processo de desenvolvimento. De acordo com Hamman-Nielebock e Carvalho (2008), ambos os refugiados e deslocados internos vivem um grau de vulnerabilidade expressivo causado pelas condições precárias de sobrevivência e por, normalmente, ainda continuarem próximos ao epicentro da violência. .

A violência armada prejudica o acesso e a disponibilidade dos serviços sociais. A educação e a saúde são, frequentemente, alvos dos danos causados pela violência armada. Os custos de tratamentos de ferimentos podem ser incalculáveis, e a redução do acesso à estrutura de saúde e intervenções médicas é uma realidade para sociedades inseridas em ambientes violentos (UNDP, 2005). No âmbito da educação, metade das 58 milhões de crianças que não frequentam a escola em idade ideal para o ensino básico, vive em regiões afetadas pela violência (ONU, 2014, p. 5). A violência destrói a infraestrutura educacional, reduz a disponibilidade de pessoas capacitadas para o ensino, impede a mobilidade dos estudantes e profissionais para a sala de aula e, em muitos casos, tira as crianças das escolas para inseri-las em grupos armados.

De acordo com o PNUD (UNDP, 2005), a violência armada também danifica as estruturas sociais das sociedades. Esse impacto é sentido em variáveis como o número de crianças soldados²⁶, membros de gangues armadas e níveis de violências armada sexual.

Sobre os custos econômicos da violência armada, o *Geneva Declaration Secretariat* (2008b, p. 19, tradução nossa) pontua que:

Cada dano não-fatal tem efeitos econômicos que se estendem muito além da vítima e agressor, para custos materiais para os sobreviventes, famílias e instituições, diminuição de produção e produtividade, medo e insegurança, sobrecargamento dos serviços públicos, diminuição de investimentos e turismo, desvio de gastos públicos (da educação para a justiça) e impactos na receita²⁷.

Os custos econômicos globais da violência armada chegam a valores bem elevados (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008a, p. 89). A violência armada desestabiliza os mercados formais e informais, diminui as capacidades institucionais e reduz ou paralisa o investimento estrangeiro e nacional (GILGEN; KRAUSE; MUGGAH, 2012). Segundo o *Geneva Declaration Secretariat* (2015), os custos da violência coletiva e interpessoal chegam a mais de 1,4 trilhões de dólares (cerca de 1,63% do PIB mundial), e os

²⁶ Existem cerca de 300 mil crianças soldados no mundo, com um terço dessa quantia localizado na África (UNDP, 2005). Organizações internacionais, como as encontradas no sistema ONU, lutam efetivamente para impedir ou tirar crianças de grupos armados.

²⁷ “Each non-fatal injury has economic effects that extend well beyond the victim and perpetrator to the material costs for survivors, families and institutions, lost output and productivity, fear and insecurity, burdening of public services, lost investment and tourism, diverted public expenditures (from education to law/justice), and impacts on revenue.”

custos causados por homicídios em 2013 chegaram a 171 bilhões de dólares americanos, valor que poderia ser o PIB anual de um país. Os custos de uma guerra civil chegam a 65 bilhões de dólares (OECD, 2011). Estimativas em variados países apontam que nações em que há a instituição de violência crônica, especialmente com conflitos armados, há uma tendência que aconteça uma redução no PIB per capita em valores entre 2,2 a 10 por cento, o que representa um declínio expressivo na economia dos países mais violentos (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008b). De acordo com a OCDE (OECD, 2009, p. 29), cerca de 400 bilhões de dólares são perdidos por causa da perda de produtividade referente às fatalidades ocasionadas pela violência armada.

Segundo a OCDE (OECD, 2011, p. 2), os países em desenvolvimento focam entre 10% e 15% do seu PIB na aplicação da lei, o que, comparado aos países desenvolvidos (cerca de 5% do PIB aplicado em lei e ordem), representa um gasto excessivo que poderia ser focado em outras áreas. Em regiões que vivem em situações críticas, é comum que os governos transfiram investimentos de setores como educação e saúde para o setor de segurança para poder combater a violência.

O uso de armas de fogo tem papel fundamental nos custos da violência armada, aumentando consideravelmente os seus impactos. Armas de fogo causam danos mais severos do que outros tipos de armamentos, além de minar a produtividade de setores econômicos da sociedade (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT 2008b).

De acordo com o *Geneva Declaration Secretariat* (2008b), independentemente dos números observados em relação aos impactos da violência armada, os custos reais são praticamente incalculáveis e intangíveis em sua totalidade. Seus danos são extremos até nas ações em que a instituição da violência possa ser considerada menor ou fraca: a qualidade da vida é reduzida, com o imperativo da dor e sofrimento, em direções físicas ou psicológicas, com impactos que afetam a sociedade como um todo (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008b).

Ao refletir sobre os custos econômicos da violência armada, o *Geneva Declaration Secretariat* (2008a) pondera a possibilidade de existência de efeitos positivos do fenômeno. Nesse sentido, apesar de toda a sua capacidade destrutiva, a violência armada pode desempenhar um papel fundamental no crescimento da capacidade estatal, permitindo a reestruturação de sua base, podendo fazer com que Estados em situações críticas possam ressurgir com um crescente desenvolvimento, como aconteceu na Ruanda pós-genocídio em 1994.

O movimento financeiro de atividades ilegais – produção de drogas ilícitas, contrabando etc. -, conectadas às oportunidades criadas pela instituição da violência armada, apesar de impactar a legitimidade estatal, podem servir como instrumentos de desenvolvimento de economias legais, ao aumentar a renda familiar e a economia local.

A violência armada também pode levar a uma redistribuição de riquezas. O que, em um primeiro momento, pode ser algo benéfico, possui certas particularidades. Essa redistribuição de “espólios” da violência armada normalmente é conquistada pela elite local ou por grupos privados. Assim, contribui para o ganho de uma pequena parcela populacional, com interesses específicos, o que não deixa de ser um efeito positivo da violência armada, só que voltada para poucos. Em contrapartida, em alguns casos, a violência armada consegue afetar negativamente os negócios locais, influenciando na participação do setor privado na promoção do fim de conflitos armados e violência criminal (UNODC, 2007 apud GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008a, 104-105).

Independente da possibilidade de debate sobre efeitos benéficos causados pela violência armada, é importante deixar claro que a ocorrência contínua da violência armada é prejudicial para a economia, sociedade e vida humana e não deve ser impulsionada, mas sim combatida (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008a, p.103).

As mortes e danos humanos, o impacto na estrutura social e nas instituições econômicas, resultantes de ações de violência armada, seja de forma direta ou indireta, contribuem efetivamente como um obstáculo ao progresso do desenvolvimento. O próximo tópico servirá para explicitar os danos causados pela violência ao desenvolvimento dos Estados e nas relações internacionais.

3.3. OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA ARMADA NO DESENVOLVIMENTO

Afetando países e comunidades por décadas, por intermédio de consequências severas, a violência e os conflitos, em outras palavras, significam “desenvolvimento em sentido reverso” (SMALL ARMS SURVEY, 2013). Os países mais pobres são menos seguros que os considerados ricos, e grande parte deles vivenciaram algum tipo de conflito armado desde os anos de 1990 e/ou possuem altos níveis de criminalidade e violência (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008b, p. 7). A pobreza e a violência armada - coletiva ou criminal - encontram-se interligados, essencialmente, mas não unicamente, em países de média ou baixa renda.

A complexa conexão entre violência armada e subdesenvolvimento está sendo cada vez mais reconhecida (PNUD, 2005; OECD, 2011). Atuando como causa e consequência do subdesenvolvimento, a violência armada, em todas as suas formas – conflitos armados e violência criminal -, pode obstruir o intento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A violência paralisa ou, até mesmo, reverte o progresso do desenvolvimento, especialmente em países em desenvolvimento, e em outro viés, as desigualdades sociais, baixa capacidade de governança e estagnação econômica tem seu papel na continuidade da violência (OECD, 2011; DE MARTINO, 2012).

Humphreys e Varshney (2004) afirmam que a relação entre violência e pobreza consiste em uma lógica de duas vias: pobreza e baixo crescimento econômico aumentam o risco da instituição da violência; e conflitos e crimes armados causam grandes custos econômicos e atrapalham o desenvolvimento econômico. Em situações crônicas de violência armada, é comum o abandono de agendas e políticas desenvolvimentistas, a diminuição de investimentos e capital, maior dependência de produtos primários e recursos naturais, e destruição dos sistemas educacionais e de saúde (HUMPHREYS; VARSHNEY, 2004, p. 13).

Grande parte das agências internacionais de desenvolvimento reconhece a forte conexão entre insegurança e subdesenvolvimento. Essas organizações têm a percepção de que as oportunidades e investimentos para o desenvolvimento são prejudicadas se não houver um ambiente seguro em áreas com necessidades. Altos níveis de violência armada minam as capacidades institucionais, fragilizando-as. Agências com claro foco na promoção do desenvolvimento, como o PNUD, Banco Mundial e a OCDE, investem na segurança como prioridade em locais afetados pela violência, bem como possui incentivos para prevenção e redução da violência armada (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011).

Sobre os impactos da violência armada no desenvolvimento, segundo o *Geneva Declaration Secretariat* (2011, p. 145, tradução nossa),

[...] violência armada encurta horizontes de planejamento, corrói o capital social, e prejudica as habilidades e bens necessários para uma vida produtiva. Como resultado, ela dificulta e desequilibra as instituições políticas, econômicas e sociais necessárias para garantir o crescimento e desenvolvimento claro e estável. Em quase todos os casos, a violência armada gera consequências negativas para a qualidade de vida das pessoas e para a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).²⁸

²⁸ “[...] armed violence shortens planning horizons, erodes social capital, and undermines the skills and assets necessary for a productive life. As a result, it disrupts and distorts the political, economic, and social institutions required to ensure predictable and stable growth and development. In almost all cases, armed violence generates negative consequences for people’s quality of life and the achievement of the Millennium Development Goals (MDGs)”.

De acordo com o PNUD (UNDP, 1990), o desenvolvimento²⁹ pode ser definido, de maneira deveras abrangente, como a ampliação das escolhas das pessoas. Mesmo com as possibilidades infinitas resultante dessa definição, três níveis de desenvolvimento são essenciais e primários na vida humana: uma vida saudável e duradoura, a aquisição do conhecimento e acesso a recursos necessários para uma vida decente. A obstrução de um deles, conseqüentemente, ocasionará em obstáculos para a conquista de qualquer outro. Para propósito de limitar a ideia de desenvolvimento que, *per se*, tem uma concepção bastante ampla, utilizaremos os ODM como seu parâmetro principal, permitindo, então, uma análise mais atual e empírica da relação entre a violência armada e desenvolvimento.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio³⁰ (ODM), cujo berço foi a Declaração do Milênio, em 2000, representam a maior convenção já realizada em prol do desenvolvimento internacional, encabeçada pelo sistema ONU e absorvida por centenas de países em suas políticas públicas. Constitui, de fato, uma agenda ambiciosa com seu foco residindo em medidas quantitativas para reduzir a pobreza extrema em todas as suas formas e para a promoção do bem-estar da vida humana. Desde sua criação, a plataforma dos ODM permitiu a união de governos, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade internacional, em prol do desenvolvimento como seu objetivo final, firmando o ano de 2015 como a data final para o projeto (ONU, 2014).

OS ODM foram praticamente aceitos e adotados universalmente (GILGEN; KRAUSE; MUGGAH, 2010). Diversas agências e organismos internacionais atuam direta e indiretamente com o progresso dos ODM, investindo, monitorando e promovendo suas metas. Dentre elas, encontramos o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a União Interparlamentar, a ONU Mulheres, a Divisão de População das Nações Unidas, o Fundo de População das Nações Unidas, a Organização Mundial de Saúde, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, o Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a União Internacional para a Conservação da Natureza, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, a Conferência das

²⁹ Desenvolvimento humano.

³⁰ Os ODM são constituídos por 8 objetivos, 18 metas e 48 indicadores. Os 8 objetivos que compõe os ODM estão ilustrados no Anexo H.

Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a Organização Mundial do Comércio e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ONU, 2014).

Segundo a ONU (2014, p. 4-5), ainda que, o prazo final das ODM seja finalizado no presente ano, é possível constatar que diversas metas estabelecidas pelos ODM já foram atingidas ou tiveram progressos efetivos em sua conquista. De 1990 a 2010, houve uma expressiva redução, em torno de 50%, nos níveis de pobreza extrema no mundo. A expansão dos esforços na área de saúde evitou mais de três milhões de mortes por malária no período entre 2000 e 2012, e mais de 20 milhões de mortes por tuberculose em todo o mundo desde 1995. A meta focada na redução da proporção de pessoas sem acesso a uma fonte de água potável trata foi atingida com sucesso em 2010. A igualdade de gênero, um dos pilares dos ODM, teve um progresso substancial em sua presença na matrícula escolar em todos os níveis de ensino nos países em desenvolvimento. Ainda sobre a diminuição da desigualdade de gênero, a participação da mulher na política teve considerável aumento. Houve, também, uma maior concentração de investimentos com foco no desenvolvimento, apesar de ainda ser necessária uma melhor distribuição, principalmente para os países em desenvolvimento.

É importante observar que, apesar de todas as vitórias até o momento, mais esforços devem ser empreendidos para conseguir atingir as metas definidas. Mais tem de ser feito para a sustentabilidade ambiental, fome, subnutrição o crônica entre crianças, mortalidade infantil, mortalidade materna, combate ao HIV, saneamento básico e pelo ensino básico. Essas metas, na reta final dos ODM, encontram-se em um progresso lento ou, até mesmo, vivem um momento de estagnação (ONU, 2014).

A violência armada é um obstáculo às metas estabelecidas dos ODM (OECD, 2009). Em cada uma das categorias dos ODM, desde a redução da pobreza até o respeito ao meio ambiente, a violência armada pode atuar ativamente como um obstáculo para o desenvolvimento (UNDP, 2005). O Quadro 4 representa os impactos da violência armada em cada um dos sete ODM³¹, tanto da perspectiva da OCDE, quanto do PNUD.

³¹ O oitavo ODM (Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento) não é abordado na relação entre violência armada e os ODM pelas instituições apresentadas no tópico atual do trabalho.

QUADRO 4 – A VIOLÊNCIA ARMADA COMO OBSTÁCULO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: LENTES DA OCDE E PNUD

Objetivo de Desenvolvimento do Milênio	Impactos da violência armada, pelas lentes da OCDE	Impactos da violência armada, pelas lentes do PNUD
1 - Acabar com a fome e a miséria	Diminuição de meios de subsistência; desemprego; deslocamento; desnutrição; alterações na estrutura familiar; aumento do número de mulheres como chefes de família; interrupções dos serviços, comércios e mercados locais, reduzindo o acesso a alimentos, saúde e educação (principalmente para garotas).	<ul style="list-style-type: none"> - Violência armada pode inibir a atividade econômica, comprometendo os meios de vida, forçando a migração de pessoas para áreas onde o abastecimento de alimentação pode ser baixo; - A difusão da violência armada pode aumentar os efeitos da escassez e fome ao impedir medidas de respostas coordenadas em áreas afetadas.
2 - Educação básica de qualidade para todos	Destruição de escolas; interrupção da escolaridade (principalmente para crianças do sexo feminino); desvio de investimentos estatais de setores sociais para o setor militar e de segurança pública.	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos frequentemente resultam na destruição da infraestrutura educacional; - Crianças em idade estudantil podem ser forçadas a largar a educação para atuarem na violência armada, inclusive como crianças-soldados; - A disponibilidade de educadores e professores podem diminuir com o aumento dos níveis de violência armada.
3 - Igualdade entre sexos e valorização da mulher	Aumento do número de mulheres como chefes de família; aumento das taxas de violência de gênero; agravamento da pobreza, incluindo a perda de terras e casas quando maridos são mortos; problemas de saúde resultantes de HIV, prostituição e outras meios ilícitos ou perigosos de geração de renda; recrutamento de mulheres e garotas para grupos armados; falta de acesso a benefícios do desarmamento durante programas de desarmamento, desmobilização e reintegração.	<ul style="list-style-type: none"> - A difusão da violência armada enfraquece o poder de homens e mulheres, que comumente são coagidas a participar da violência contra a sua vontade; - Mulheres são vítimas frequentes de abuso sexual em situações de violência armada; - Violência armada pode perpetuar a desigualdade de gênero em sociedades pós-conflito.
4 - Reduzir a mortalidade infantil	Destruição, interrupção e/ou sobrecarregamento das instalações médicas; interrupção dos meios de subsistência; segurança alimentar reduzida; aumento da mortalidade por doenças e subnutrição (especialmente para o sexo feminino); diminuição da proteção e do bem-estar devido à mudanças na estrutura familiar.	<ul style="list-style-type: none"> - Mortalidade infantil relacionada a doenças e subnutrição pode aumentar em situações de violência armada crônica; - Crianças pequenas possuem baixas expectativas de sobrevivência ao perderem um ou ambos os pais por causa da violência armada; - A mortalidade infantil tende a aumentar em ambientes violentos, assim como o acesso de mulheres grávidas aos serviços de pré-natal torna-se restrito.
5 - Melhorar a saúde das gestantes	Destruição, interrupção e/ou sobrecarregamento da infraestrutura de saúde; mobilidade restrita.	<ul style="list-style-type: none"> - Mortalidade materna pode aumentar em situações crônicas de violência armada, assim como o acesso a serviços médicos por mulheres torna-se reduzido.
6 - Combater a AIDS, a malária e outras doenças	Destruição, interrupção e/ou sobrecarregamento dos serviços sanitários e de saúde; péssimas condições de vidas para deslocados; aumento da exposição à violência sexual e prostituição.	<ul style="list-style-type: none"> - Com a deterioração da infraestrutura de saúde e a redução do acesso das pessoas aos serviços médicos em ambientes de violência armada, há uma tendência ao aumento da mortalidade causada por uma ampla gama de doenças consideradas de fácil prevenção; - Fluxos de refugiados para fora das zonas de violência armada podem contribuir para o aumento dos níveis de doenças e epidemias; - A maioria das mortes em situações de conflito armado é devido a doenças ou desnutrição.
7 - Qualidade de vida e respeito ao Meio Ambiente	Aceleração da migração do campo para as cidades e crescimento de favelas; acesso reduzido à água potável e saneamento (incluindo a destruição de sua infraestrutura); exploração de recursos desregulada e desmatamento.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração descontrolada de recursos naturais é uma característica comum em ambientes onde a violência armada encontra-se instituída.

Fonte: Box 2 – Armed Violence and the Millenium Development Goals: How are they linked? In: UNDP, 2005, p. 16; Box 1.1 – Armed Violence obstructs attainment of the MDGs In.: OECD, 2009, p. 30 (Adaptação e tradução nossa).

O Quadro 4 representa um leque variado de consequências deveras negativas ao desenvolvimento, causadas pela instituição da violência armada. Em situações crônicas, essas ações violentas podem, como percebido, desestruturar completamente o poder estatal, a infraestrutura necessária para a vida humana e qualquer circunstância focada no progresso. Os estudos da OCDE e PNUD no quadro implicam na efetiva periculosidade da violência armada para os Estados e para a comunidade internacional. O fenômeno assusta com tantas implicações negativas para a humanidade.

Em uma pesquisa promovida pela equipe da DGAVD (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011), que analisa estatisticamente a associação entre violência e os ODM, é possível correlacionar altos níveis de violência armada com o baixo progresso dos ODM. O foco da análise reside na letalidade da violência em situações de não-conflito, mas afirma que uma mesma análise em situações de conflito não se distancia dos resultados obtidos. Para esse estudo, o a DGAVD utilizou 21 variáveis dos 7 primeiros ODM³².

É importante, em um primeiro momento, explicar que essa correlação feita pelo DGAVD na análise estatística supracitada serve, somente, como indicação da associação entre as variáveis, e não pretende ser relacionada a algum tipo de causalidade. Como veremos, essa associação pode ser feita através de dois polos: positivo e negativo. A associação positiva entre a variável aplicada e a violência armada significa que as ações violentas servem como condutores da ocorrência dessa variável. A associação negativa representa exatamente o oposto da positiva, onde as variáveis e as ações violentas são excludentes entre si. A intensidade existente na análise realizada não é muito detalhada pelo estudo do DGAVD (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011).

O estudo, ao abordar o primeiro ODM – *acabar com a fome e a miséria* -, considera quatro variáveis-chaves (pobreza, renda, empregabilidade e diminuição da fome) para analisar sua relação com a violência. Ao realizar essa associação, o estudo aponta que países com altos níveis de pobreza tendem a ter, proporcionalmente, altos níveis de homicídio. Essa análise não correlaciona unicamente a pobreza com violência, mas afirma que a má distribuição de renda também implica na elevação dos níveis de violência. Baixos níveis de empregabilidade entre jovens também têm uma associação positiva com a violência. Sobre a associação da fome e violência, o estudo aponta que ela é existente, mas que não há uma correlação forte (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011, p. 154-155).

A respeito do segundo ODM – *educação básica de qualidade para todos* -, o estudo promovido pela DGVAD aponta que altos níveis de homicídio tendem a ocorrer em países com baixas taxas de matrícula no ensino básico. O estudo afirma, em adição, que há uma propensão da inclusão de jovens e crianças à violência quando vivenciam épocas de riscos, fazendo com que a sociedade não consiga mantê-los dentro do sistema de ensino, podendo, até mesmo, serem recrutados para grupos armados desde novos (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011, p. 156).

³² ODM 1: 10 variáveis; ODM 2, ODM 3, ODM 4, ODM 5: 2 variáveis cada; ODM 6: 1 variável; ODM 7: 3 variáveis.

Em relação ao terceiro ODM – *igualdade entre sexos e a valorização da mulher* -, a pesquisa investigada pela DGVAD afirma que existe uma associação positiva moderada entre a proporção de mulheres com emprego assalariado em setores fora do âmbito agrícola e a relação entre garotos e garotas matriculados no ensino básico e secundário com a violência armada (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011, p. 156).

Sobre o quarto ODM – *reduzir a mortalidade infantil* -, o *Geneva Declaration Secretariat* (2011, p. 156) confirma a associação positiva e significativa entre homicídio e taxa de mortalidade de crianças abaixo de cinco anos de idade, mas considera que essa relação tem um viés indireto, posto que, em países menos desenvolvidos, com baixas condições de sobrevivência, há um acréscimo da violência e, conseqüentemente, o aumento da taxa de mortalidade entre os indivíduos considerados mais vulneráveis, como as crianças.

Do quinto ODM – *melhorar a saúde das gestantes* -, a análise parte de três premissas. Existe uma forte associação positiva entre mortalidade infantil e violência, e uma forte associação negativa entre a proporção de partos assistidos por pessoal qualificado. Essas associações podem ser explicadas pelo impacto da violência na infraestrutura de saúde, impedindo ou dificultando o acesso das mulheres ao acompanhamento antes, durante e depois da gestação. Há, também, uma forte associação entre as taxas de gravídes entre adolescentes e a violência.

A análise feita pelo *Geneva Declaration Secretariat* (2011, p. 156-157) sobre o sexto ODM – *combater a AIDS, malária e outras doenças* – foca exclusivamente na relação bastante significativa entre violência e AIDS. A análise afirma que, em países com alta incidência de portadores de AIDS, há uma tendência ao testemunho de altos níveis de homicídio, como demonstrados na África, América e Ásia.

Finalmente, sobre o sétimo ODM – *qualidade de vida e respeito ao meio ambiente* -, o estudo afirma que há uma forte relação entre países menos violentos e fácil acesso a estruturas sanitárias e à água potável, assim como mostra que existe uma associação negativa entre a proporção de pessoas morando em favelas e altos níveis de homicídio (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011, p. 157).

A relação entre a violência e o desenvolvimento, base da pesquisa realizada pelo *Geneva Declaration Secretariat* (2011), encontra-se ilustrada no Quadro 5.

QUADRO 5 – RELAÇÃO ENTRE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E VIOLÊNCIA

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO	RELAÇÃO COM VIOLÊNCIA ARMADA*
Taxa de natalidade entre adolescentes (por mil mulheres)	+ + +
Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (porcentagem)	- -
Prevalência de crianças com menos de 5 anos de idade abaixo do peso (porcentagem)	-
Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos (por mil nascidos vivos)	+ + +
Relação emprego-população, para ambos os sexos (porcentagem)	+
Taxa de mortalidade infantil (0 - 1 ano, por mil nascidos vivos)	+ + +
Pessoas com AIDS, entre 15 e 49 anos (porcentagem)	+ +
Participação dos mais pobres da população na renda ou no consumo nacional (porcentagem)	- - -
Proporção da população que ganha menos de um dólar PPC ³³ por dia	+
Índice de hiato de pobreza em um dólar PPC por dia (porcentagem)	+
Proporção da população com acesso sustentável a uma fonte de água tratada (Total)	- - -
Proporção da população com acesso a estruturas de saneamento (total)	- - -
Porcentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola	+
População em favelas em porcentagem da população urbana (porcentagem)	-
Taxa líquida de matrícula no ensino primário (em ambos os sexos)	- - -
Taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos (ambos os sexos)	+
Taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos (sexo masculino)	+
Taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos (sexo feminino)	+ +
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	- - -

Fonte: Adaptado de Table 5.1 – The relationship between development indicators and lethal violence In: GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011, p. 158 (Tradução nossa).

* Os símbolos positivo (+) e negativo (-) representam o direcionamento da relação entre as variáveis. A intensidade de cada relação é medida através da quantidade de símbolos: quanto mais símbolos, mais forte é a associação.

Segundo De Martino (2012), para atingir as metas voltadas para o desenvolvimento (ODM), se faz necessário compreender que a prevenção da violência armada deve ser uma prioridade para os *policy-makers*. Essa afirmação não se aplica somente para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas também tem de ser considerada para qualquer agenda com foco no desenvolvimento. O *Small Arms Survey* (2013) afirma que, no século XXI, a

³³ Paridade do Poder de Compra.

violência e insegurança são os maiores obstáculos na conquista da agenda de desenvolvimento no pós-2015, essencialmente por seus impactos no desenvolvimento socioeconômico e no bem-estar humano. Com todas as evidências percebidas e analisadas por diversos institutos, a prevenção da violência - especialmente a armada – não deve se limitar a somente ser um instrumento para a conquista de objetivos desenvolvimentistas, mas, principalmente, deve ser uma meta para o desenvolvimento por si só (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2015).

Com a proximidade do prazo final dos ODM, é natural que o futuro do desenvolvimento pós-2015 já esteja em debate. O documento final do RIO+20, em 2012, lançou a proposta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)³⁴ que pretendem ter a mesma estrutura presente nos ODM, mas de forma expansiva, abrangendo novas temáticas, em uma proposta arrojada e desafiadora (CARVALHO; BARCELLOS, 2014, p. 235-236). Nos últimos anos, os ODS foram discutidos pelo sistema ONU e outras agências e instituições, assim como houve um crescente incentivo para que todos os países participassem da discussão dessa nova agenda. Carvalho e Barcellos (2014 p. 236) afirmam que, se os ODM não tivessem obtido resultados satisfatórios em boa parte de sua existência, os ODS não estariam atualmente sendo discutidos e constituídos como a herança direta na agenda pós-2015.

Particularmente, na proposta atual, um dos objetivos (ODS 16) é descrito como: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (UNDESA, 2014, tradução nossa).³⁵ O ODS 16 representa a confirmação universal da associação entre violência armada e desenvolvimento, ao demonstrar, através de suas metas, que a prevenção e redução da violência e crime permitem o progresso do desenvolvimento (DE MARTINO; ATWOOD, 2015, p. 1). O ODS, apesar de ainda não ter, de fato, iniciado³⁶, já representa uma evolução na compreensão dos impactos da violência (inclusive a violência armada) no desenvolvimento.

³⁴ Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável encontram-se ilustrados no Anexo I.

³⁵ “Promote peaceful and inclusive societies for sustainable development, provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels”.

³⁶ A adoção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio está prevista para setembro de 2015, em um encontro de líderes mundiais na sede da Organização das Nações Unidas. O prazo estipulado para os ODS será o ano de 2030, repetindo o período de instituição da agenda desenvolvimentista estipulado nos ODM, de 15 anos de duração do programa.

CONCLUSÃO

Fazendo parte do caminho histórico da humanidade, a violência destrói vidas e representa um fenômeno de alta complexidade, multifacetado, socialmente construído, ambivalente e essencialmente contestado. A violência, em si, existe em todas as sociedades conhecidas e encontra-se naturalizada na estrutura societal. É, portanto, um grande desafio para a humanidade.

O campo acadêmico só começou a prestar atenção na violência há pouco tempo, mas que já foi suficiente para colocar, de forma urgente, a prevenção da violência como algo necessário para o mundo inteiro. Através dos paradigmas teóricos tradicionais das Relações Internacionais, foi possível entender como a violência encontra-se ligada diretamente ao poder soberano do Estado, mesmo que cada corrente possua vertentes explanatórias específicas.

A violência possui diversas facetas, ramificadas nas mais variadas estruturas. Isso implica na máxima de que não existe uma única e solitária violência, mas sim várias e inúmeras formas de violência. Faz-se importante ressaltar que os países ainda em estado de desenvolvimento são bem mais vulneráveis à violência do que os países desenvolvidos de fato, algo recorrente durante o texto.

A modalidade contemporânea da violência é, de fato, a sua versão armada, que afeta não só os Estados, mas a comunidade internacional como um todo. Sua periculosidade reside na facilidade atual de obtenção de armas, principalmente as de fogo, e da grande capacidade destrutiva desses instrumentos. A violência armada possui um leque de formatos, distribuídos nos mais variados níveis organizacionais, onde essas categorias podem ser interconectadas e intermutáveis. A emergência da violência armada é resultado de graves problemas globais, incluindo aí, o processo de globalização, a crescente importância de atores não-estatais no cenário internacional e o enfraquecimento de instituições nacionais perante a macroeconomia global.

Foi possível observar que o fenômeno da violência armada possui características particulares bem interessantes. Os locais mais pobres são os que mais sofrem com níveis crônicos de violência e, muito disso, se deve à baixa eficácia e presença estatal no domínio territorial, o que já leva a uma outra particularidade: o sentimento entre os cidadãos de que eles podem ser melhor representados por grupos armados ilegítimos em vez do próprio Estado. A violência armada pode ultrapassar fronteiras e influenciar do âmbito externo para o

interno. O fenômeno tem forte preponderância de gênero e, também, é comumente utilizado como instrumento de controle e dominação de determinada população.

Partindo para o objetivo de fato do trabalho, os impactos da violência armada chegam quase a ser incalculáveis de tão elevados. Milhares de pessoas morrendo, milhões sobrevivendo e muito capital sendo utilizado, anualmente, para reparar os danos das ações violentas e recuperar as condições perfeitas para o bem-estar humano.

A violência armada deve ser um tópico com maior prioridade de tratamento nas políticas públicas focadas em desenvolvimento. Nos impactos da violência armada nos âmbitos humano e social, foi possível verificar que, dos milhares de pessoas que morrem anualmente por causa do fenômeno, a maior parcela dos números são resultantes de violência criminal, dentro do próprio Estado. Dessas fatalidades, os continentes com maiores níveis de violência letal são a África, América Latina e Ásia, em países com baixa ou média renda, reafirmando a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento frente à violência armada. Há, ainda, os milhões de sobreviventes de ataques violentos, que passam a viver em situações adversas e precárias, com graves sequelas deixadas pela instituição da violência. As ações de cunho violento também resultam no acréscimo de refugiados e deslocados internos, que, atualmente, compõem um dos problemas de relações internacionais mais recorrentes.

Todos os setores da sociedade são afetados pela violência armada, com destaque para a educação e saúde, onde, quando em altos níveis de violência crônica, escolas e hospitais fecham ou são destruídos. Os impactos econômicos também são expressivos. O capital gasto com reparo e manutenção dos danos na infraestrutura poderia, até mesmo, sustentar um país inteiro por ano. O investimento, a produtividade e o PIB tendem a decair de acordo com a evolução da violência armada. Os países em desenvolvimento passam a investir mais em setores de segurança do que os países desenvolvidos. Esse investimento, em situações normais e adequadas, serviria para desenvolver a infraestrutura nacional, em vez de servir, de forma necessária, para o combate à violência.

Os indivíduos, instituições e Estados estão reconhecendo cada vez mais os efeitos negativos perpetrados pela violência armada ao desenvolvimento. O fenômeno pode servir como um gatilho que não só pode estagnar o desenvolvimento, como também pode permitir um processo de reversão. Há uma constante relação entre violência e pobreza, e ela existe em duas vias: a pobreza e o baixo crescimento econômico aumentam os níveis de violência; e a violência armada causa grandes consequências na estrutura econômica e atrapalha o desenvolvimento.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, maior política internacional desenvolvimentista, até então, teve grande papel nos primeiros quinze anos do século XXI por servir, também como instrumento de mensuração da violência armada e seus impactos ao desenvolvimento. Todos os seus objetivos, da erradicação da pobreza ao respeito ao meio ambiente, são passíveis de uma associação negativa com a violência armada. Agora, na véspera do início dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessário a continuidade no compromisso e o dever em prevenir a violência e insegurança.

A percepção, reconhecimento e, principalmente, as pesquisas sobre conexão entre violência armada e desenvolvimento representam algo recente no cenário acadêmico, político e internacional. Dessa maneira, ainda há muito o que se desenvolver na temática.

O que foi possível perceber a partir da literatura analisada foi que a temática está sendo progressivamente aceita e abordada por pesquisadores, pelos Estados e *policy-makers*, e, essencialmente, pelas instituições internacionais, que já compartilham o conhecimento de que a violência, em todas as suas formas, atua como obstáculo ou, até mesmo, como um mecanismo de retrocesso do desenvolvimento. Portanto, diversos organismos internacionais, com destaque para as agências do sistema ONU, como o PNUD, vêm formulando ações analíticas e preventivas sobre a temática, com claro objetivo de permitir e evoluir os indicadores de desenvolvimento.

Concluiu-se que, a violência deve ser um tópico analisado em qualquer agenda focada no desenvolvimento. Os ODS, partindo de sua proposta e do que foi discutido até o presente momento, poderá representar a primeira convenção internacional desenvolvimentista com a inclusão direta e expressiva de componentes e objetivos relacionados com violência e insegurança. É esperado, portanto, que medidas sejam tomadas por todos os atores, locais ou internacionais, de forma a combater a destruição causada pela violência armada na vida humana e, com isso, criar condições para, ao máximo, elevar os níveis de desenvolvimento mundial, sem empecilhos ou obstáculos.

REFERÊNCIAS

BARASH, D. P.; WEBEL, C. P. **Peace and Conflict Studies**. California: SAGE Publications, 2014. 584 p.

BONAMIGO, I. S. Violências e contemporaneidade. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 204-213, Dec. 2008.

CARVALHO, P.; BARCELLOS, F. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v 5, n 3, p. 222-244. 2014.

CHESNAIS, J. C. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 53-69, 1999.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006.

DE MARTINO, L. Reducing Armed Violence, Enabling Development. **Small Arms Survey Research Notes: armed violence**, n 19. Geneva: Small Arms Survey, 2012. 4 p.

DE MARTINO, L.; ATWOOD, D. Reducing Illicit Arms Flows and the New Development Agenda. **Small Arms Survey Research Notes: armed violence**, n 50. Geneva: Small Arms Survey, 2015. 4 p.

EISNER, M. The uses of violence: an examination of some cross-cutting issues. **International Journal of Conflict and Violence**, Bielefeld, v. 3, n. 1, p. 40–59, 2009.

EZELL, V. Small Arms: dominating conflict in the early twenty-first century. **The Brown Journal of World Affairs**, vol. 9, n. 1, p. 305 – 310. 2002.

FLORQUIN, N. The Instrument Matters: assessing the costs of small arms violence. In: **Small Arms Survey Yearbook 2006: unfinished business**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 189 – 213.

GENEVA DECLARATION ON ARMED VIOLENCE AND DEVELOPMENT. **DATABASE 2015**. Disponível em: <<http://www.genevadeclaration.org/measurability/global-burden-of-armed-violence/gbav-2015/interactive-map-charts.html>> Acesso em: 10 jun. 2015

GENEVA DECLARATION ON ARMED VIOLENCE AND DEVELOPMENT. **DATABASE 2015**. Disponível em: <<http://www.genevadeclaration.org/measurability/global-burden-of-armed-violence/gbav-2015/interactive-map-charts.html>> Acesso em: 10 jun. 2015.

GENEVA DECLARATION SECRETARIAT. **Global Burden of Armed Violence 2008**. Geneva: Geneva Declaration Secretariat, 2008a. 162 p.

GENEVA DECLARATION SECRETARIAT. **Armed Violence Prevention and Reduction: a challenge for achieving the Millennium Development Goals**. Geneva: Geneva Declaration on Armed Violence and Development, 2008b. 55 p.

GENEVA DECLARATION SECRETARIAT. **Global Burden of Armed Violence 2011: lethal encounters**. Geneva: Cambridge University Press, 2011. 192 p.

GENEVA DECLARATION SECRETARIAT. **Global Burden of Armed Violence 2015: every body counts**. Geneva: Cambridge University Press, 2015. 196 p.

GILGEN, E. Armed Violence: spotlight on lethal effects. **Small Arms Survey Research Note: armed violence**, n 17. Geneva: Small Arms Survey e Geneva Declaration, 2012. 4 p.

GILGEN, E.; KRAUSE, K.; MUGGAH, R. **Measuring and Monitoring Armed Violence: goals, targets and indicators**. Geneva: Geneva Declaration Secretariat, 2010. 31 p.

HAMM, W. Violence as an essentially contested concept. In: BODY-GENDROT, S.; SPIERENBURG, P. (Eds.). **Violence in Europe: historical and contemporary perspectives**. New York: Springer-Verlag, 2009. p. 27-40.

HAMMAN-NIELEBOCK, E.; CARVALHO, I. S. de. A Violência Armada e seus Impactos sobre a População Civil: um fardo necessário? **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 2, ed. 3, p. 104-118, 2008.

HEITMEYER, W.; HAGAN, J. Violence: the difficulties of a systematic international review. In: _____ (Eds.). **International handbook of violence research**. Netherlands: Springer, 2003. p. 3-11.

HUMPHREYS, M.; VARSHNEY, A. **Violent Conflict and the Millennium Development Goals: diagnoses and recommendations**. Bangkok: Preparado para a reunião do Millennium Development Goals Poverty Task Force Workshop, June 2004. 40 p.

IANSA (INTERNATIONAL ACTION NETWORK ON SMALL ARMS); AMNESTY INTERNATIONAL. **How an Arms Trade Treaty Can Help Prevent Armed Violence**. London: Amnesty International and International Action Network on Small Arms, 2011. 36 p.

IMBUSCH, P. The Concept of Violence. In: HEITMEYER, W.; HAGAN, J. (Eds.). **International Handbook of Violence Research**. Netherlands: Springer, 2003. p. 13-39.

KIRSCHNER, A; MALTHANER, S. Control of Violence: an analytical framework. In: HEITMEYER, W et al. (Eds.). **Control of Violence: historical and international perspectives**. New York: Springer, 2011. p. 3 – 44.

KRAUSE, K.; MUGGAH, R. Measuring the Scale and Distribution of Armed Violence. Paris: OECD-DAC Network on Conflict, Peace, and Development Co-operation (CPDC), 2007. 10 p.

KRUG, E. G. et al. The World report on violence and health. **The Lancet**, v. 360, n. 9339, p. 1083-1088, 2002a.

KRUG, E. G. et al. (Eds.). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002b.346 p.

LULESCU, M. Main types of violent behavior in the contemporary society. In: INTERNATIONAL CONFERENCE CSK – CHALLENGES OF THE KNOWLEDGE SOCIETY, 5. 2011, Bucareste. **Anais...** Bucareste: Pro Universitaria, 2011. p. 1885-1896

MAGNANI, L. **Understanding Violence**: the intertwining of morality, religion and violence – a philosophical stance. Berlin: Springer, 2011. 337 p.

MANN, M. The Autonomous Power of the State: its origins, mechanisms, and results. **Archive européennes de sociologie**, vol 25, p. 185-213. 1984.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde individual e coletiva. In: SOUZA, E. R. (Org.). **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007. p.14-35.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.** 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.1999.

ODONNELL, G. Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais: uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. Tradução de Otacílio Nunes. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 36, p. 123-145. 1993.

OECD (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT). **Armed Violence Reduction: enabling development.** Conflict and Fragility Series. Paris: OECD Publishing, 2009. 138 p.

OECD (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT). **Breaking Cycles of Violence: key issues in armed violence reduction.** Paris: OECD Publishing, 2011. 10 p.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2014.** New York: ONU, 2014. 56 p.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **Os Objectivos do Milênio.** Disponível em: < <http://www.objetivosdomilenio.org.br/objetivos/>> Acesso em: 12 jun. 2015.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **Secretário-Geral da ONU lança relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e sobre os desafios a serem enfrentados até 2030.** 22 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4009>> Acesso em: 12 jun. 2015.

PRODANOV, C; FREITAS, E. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico.** Nova Hamburgo: Universidade Feevale, 2ª ed, 2013. 276 p.

SMALL ARMS SURVEY. **Insecurity and Violence in the Post-2015 Development Agenda.** Background Paper. Global Dialogue on Rule of Law and Post 2015 Development Agenda, New York, 2013. 16 p.

STOHL, R.; SCHROEDER, M.; SMITH, D. **The Small Arms Trade: a beginner's guide.** Oxford: Oneworld Publications, 2007. 177 p.

THE WORLD BANK. **World Development Report 2011: conflict, security, and development.** Washington, DC: The World Bank, 2011. 386 p.

UNDESA (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS). **Open Working Group Proposal for Sustainable Development Goals**. United Nations Sustainable Development Knowledge Platform, 2014. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/sdgsproposal>> Acesso em: 10 jun. 2015.

UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990. 189 p.

UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). **Securing Development: UNDP's support for addressing small arms issues**. New York: UNDP, 2005. 44 p.

UNGA (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY). **Report of the Panel of Governmental Expert on Small Arms**. Document A/52/298 (Annexe). New York: United Nations, 1997. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/ddar/Firstcom/SGreport52/a52298.html>> Acesso em: 17 Out. 2014.

UNGA (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY). **United Nations Millennium Declaration**. Resolution adopted by the General Assembly. Document A/55/L.2. New York: United Nations, 2009. Disponível em: <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>> Acesso em: 14 jun. 2015.

UNGA (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY). **Promoting Development through the Reduction and Prevention of Armed Violence**. Report of the Secretary-General. Document A/64/228. New York: United Nations, 2009.

UNGA (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY). **Zero Draft of the Outcome Document for the UN Summit to adopt the Post-2015 Development Agenda**. New York: United Nations, 2015. 43 p.

UNODC (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME). **Crime and Development in Central America**. Vienna: UNODC, 2007.

WILCOX, L. **Bodies of Violence**: theorizing embodied subjects in International Relations. Series Oxford Studies in Gender and International Relations. New York: Oxford University Press, 2015. 252 p.

WORLD HEALTH ASSEMBLY. **Prevention of Violence**: public health priority. Document WHA 49.25. Geneva: World Health Organization, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Violence: a public health priority. Document WHO/EHA/SPI.POA.2. **Global consultation on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 1996. 36 p.

ANEXO A – MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA

Agressão infantil	Violência Criminal Interpessoal	Violência Estatal Legítima e Ilegítima
Bullying Brigas	Agressões Estupros Roubos Homicídio Infanticídio Abuso infantil Violência doméstica	Assassinato Tortura Guerras Massacres Campos de concentração Execuções Genocídio Uso de força policial
Violência em sociedades não-estatais	Punições	Violência Política Organizada
Combates de Rituais Mortes por vingança, rixas Autodefesa violenta Invasões Combates Massacres Estupros Assassinatos de visitantes Infanticídio, homicídio de idosos Tortura Sacrifício humano	Punição corporal parental Punição capital do Estado Surra, apedrejamento <u>Violência Privada Organizada</u> Violência entre subordinados e dependentes (espancamento, estupro, assassinato) Roubos e pirataria organizada Assassinatos Exércitos privados Guerras de Gangues	Assassinatos Guerra Civil Extorsão Terrorismo Guerras de resistência Violência revolucionária Revoltas Linchamentos Violência de vigilantes Violência extremista e de ódio

Fonte: Table 1 - Manifestations of violence to be covered by a general theory of violence. In: EISNER, 2009, p. 43 (tradução nossa).

**ANEXO B – TIPOS DE DADOS E FONTES POTENCIAIS PARA COLETA DE
INFORMAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA**

Tipos de dados	Fontes de dados	Exemplos de informação coletada
Mortalidade	Certidão de óbito, estatísticas vitais, registros médicos, legistas ou relatórios mortuários	Características do morto, causa da morte, local, hora, tipo de morte
Morbidez e outros dados de saúde	Hospital, clínica ou outros registros médicos	Doenças, ferimentos, informação de saúde física, mental ou reprodutiva
Auto-relatório	Levantamentos, estudos especiais, grupos especiais, mídia	Atitudes, crenças, comportamentos, práticas culturais, vitimização e agressão, exposição à violência no lar ou comunidade
Comunidade	Registros da população, registros do governo local, outros registros institucionais	Número e densidade populacional, níveis de renda e educação, taxa de desemprego, taxa de divórcio
Crime	Registros policiais, registros judiciais, laboratórios criminais	Tipo de agressão, características do agressor, relação entre vítima e agressor, circunstâncias do fato
Econômico	Programa, registros de instituição ou agência, estudos especiais	Despesas com saúde, habitação ou serviços sociais, custos de tratamento de ferimentos relacionados à violência, uso de serviços
Políticas de governo ou legislativo	Registros do governo ou do legislativo	Leis, políticas e práticas institucionais

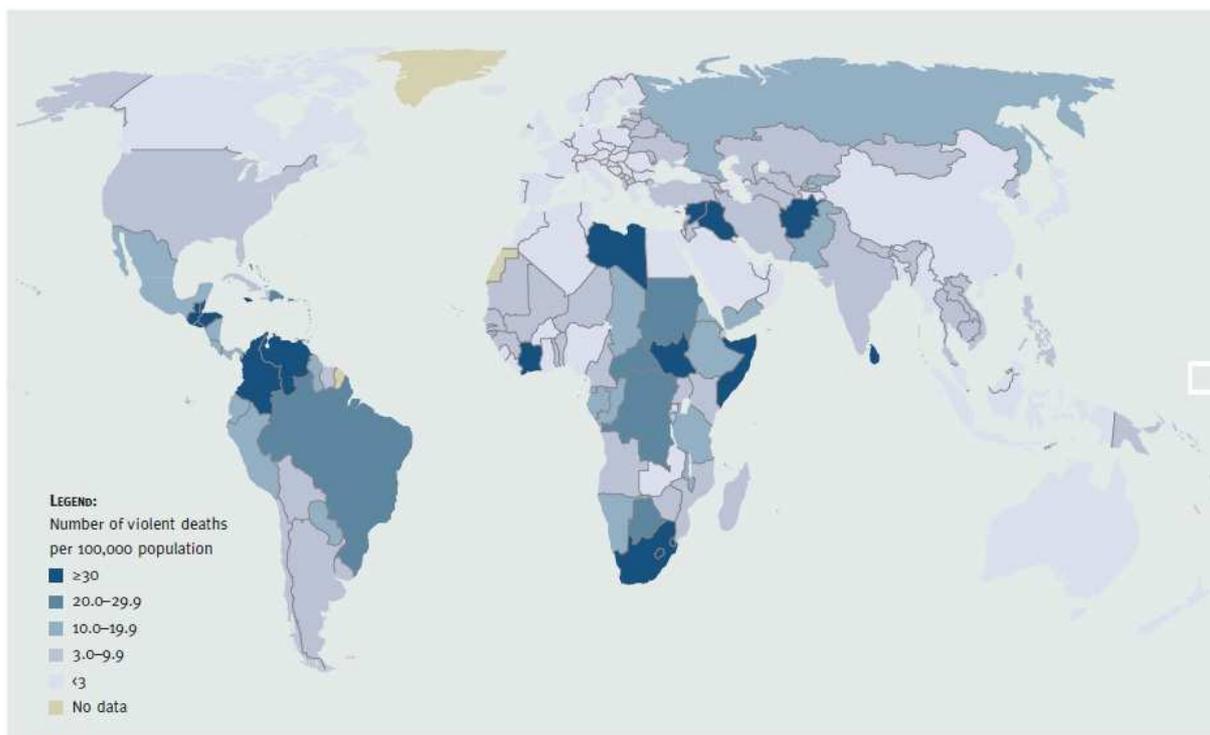
Fonte: Tabela 1 – Tipos de dados e fontes potenciais para a coleta de informação. In: DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1168.

ANEXO C – EXEMPLOS DE MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA ARMADA

Exemplos de diferentes tipos de violência armada	Alguns exemplos de atividades violentas
1 – Conflito armado	<ul style="list-style-type: none"> - Assassinato - Tortura - Maus-tratos às pessoas que não participam das hostilidades - Violência sexual (incluindo escravidão sexual) - Recrutamento forçado de crianças para grupos ou forças armadas
2 – Violência Interpessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Homicídio - Violência criminal, sexual e doméstica
3 – Violência de gênero	<ul style="list-style-type: none"> - Homicídio - Violência Sexual (incluindo estupro) - Violência íntima (entre parceiros) - Violência contra mulher em local de trabalho (em setores trabalhistas formais e informais) - Violência contra garotas em escolas
4 – Formas coletivas de violência não-estatal	<ul style="list-style-type: none"> - Crime transnacional organizado - Tráfico humano - Tráfico de drogas e de armas de fogo - Violência política organizada - Ataques terroristas
5 – Violência estatal	<ul style="list-style-type: none"> - Uso excessivo da força por agentes da lei - Deslocamentos e desaparecimentos forçados - Tortura e maus-tratos - Execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias
6 – Violência criminal e econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Roubo armado - Extorsão (incluindo corrupção) - Sequestro com resgate - Controle de mercados através da violência - Ataques contra sindicalistas ou trabalhadores - Ataques a manifestantes pacíficos - Ataques a trabalhadores agrícolas - Ataques a profissionais do sexo
7 – Violência comunitária / justiça informal	<ul style="list-style-type: none"> - Linchamento - Ações de vigilantes - Justiça de Multidões/Povo - Violência sexual - Crimes e assassinatos por “honra” - Mutilações
8 – Violência pós-conflito	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos por posse de terra - Estupros e outras formas de violência sexual - Ataques contra forças de paz - Assassinatos por vingança - Ataques a campos de refugiados e deslocados - Violência íntima (entre parceiros)
9 – Violência criminal de gangues	<ul style="list-style-type: none"> - Homicídios - Tráfico de drogas - Agressão, roubo, assédio, estupro e outras formas de ataques e violência sexual - Ataques ou assassinatos por iniciações em gangues

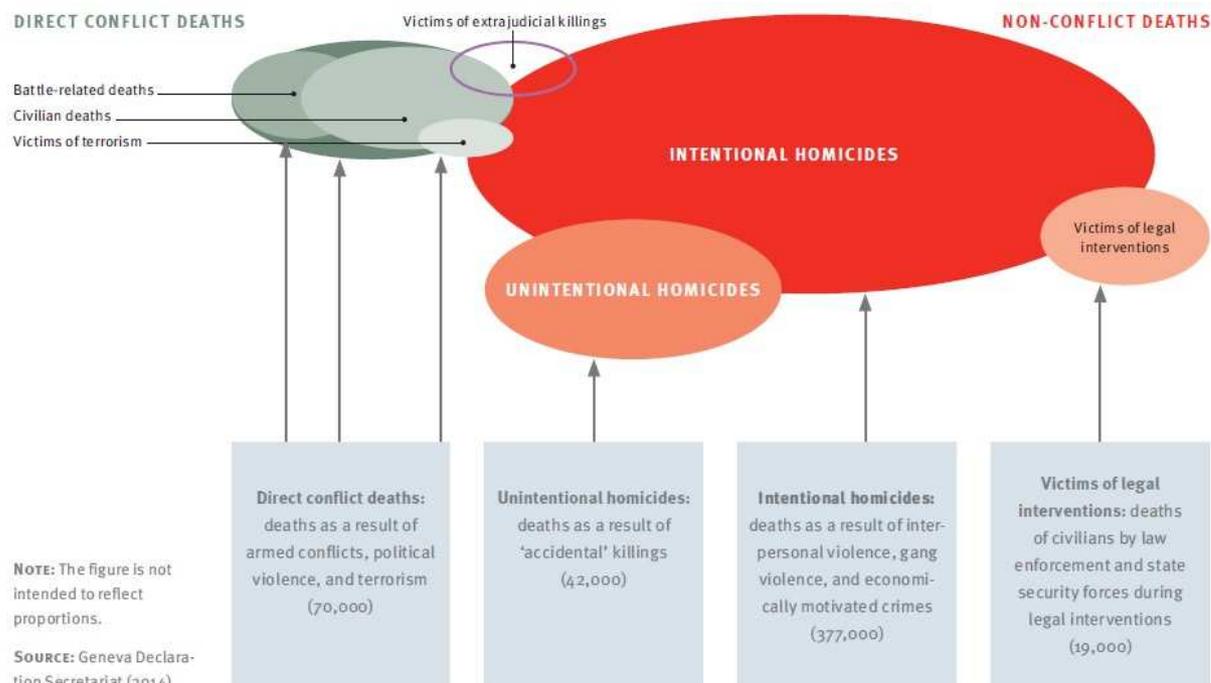
Fonte: IANSA; AMNESTY INTERNATIONAL, 2011, p. 6 (Tradução nossa).

**ANEXO D – MAPA DA TAXA DAS MÉDIAS ANUAIS DE MORTES VIOLENTAS
POR CADA 100 MIL HABITANTES, NO PERÍODO ENTRE 2007 E 2012**



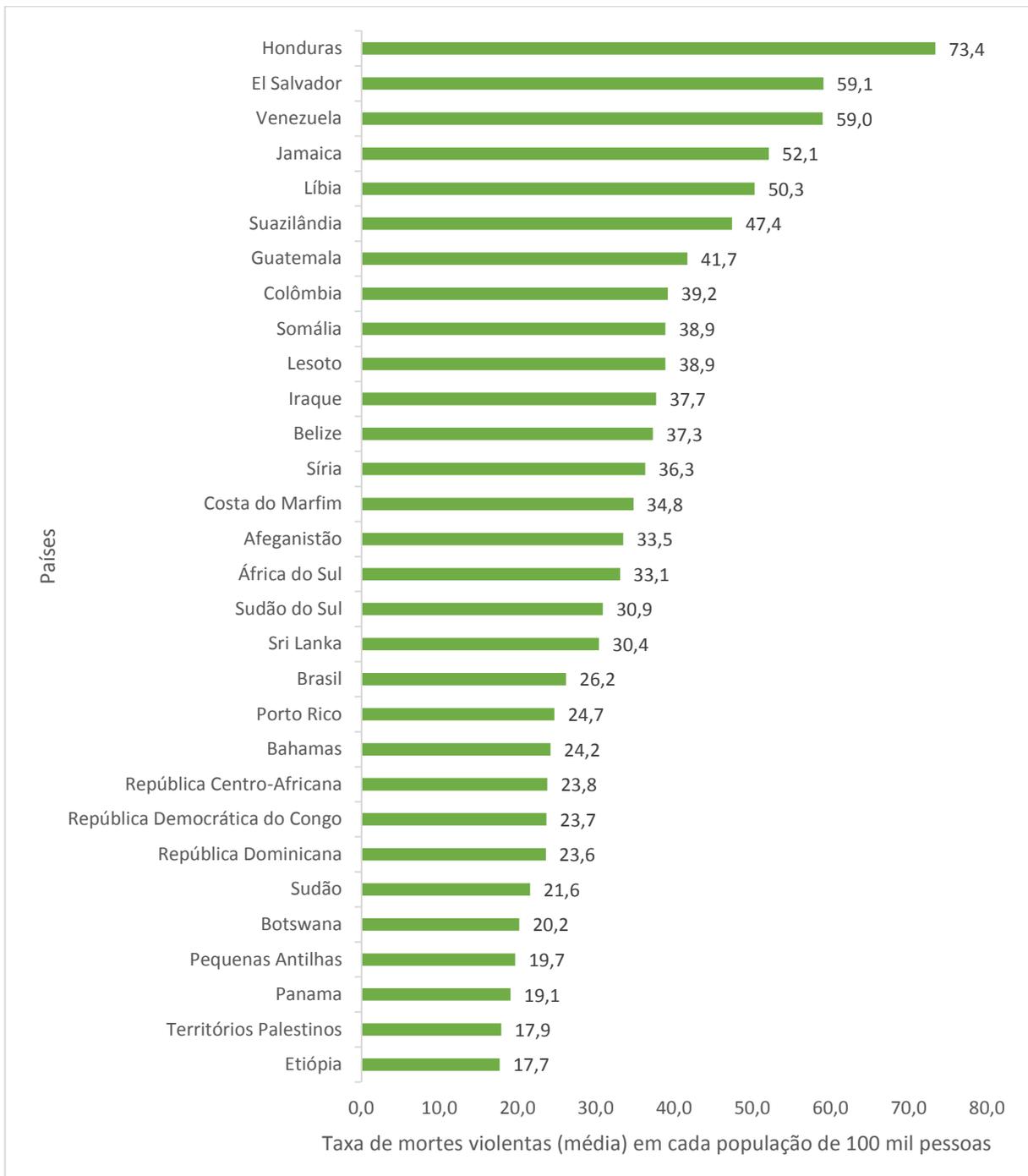
Fonte: Map 2.1 – Average annual violent death rates per 100.000 population, 2007-2012 In: GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2015, p. 56.

ANEXO E – DISTRIBUIÇÃO DE VÍTIMAS DE MORTES LETAIS POR ANO (2007-2012)



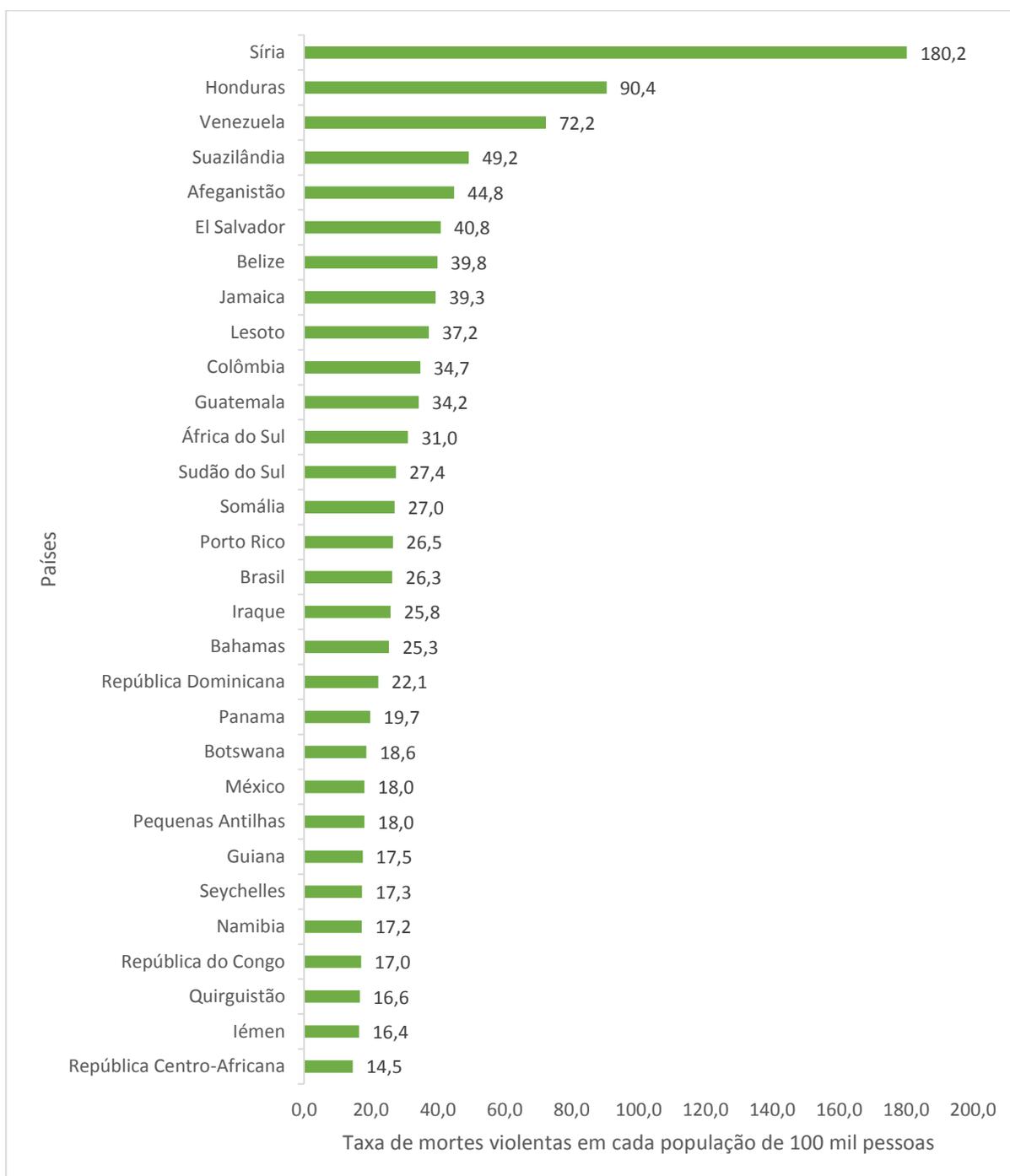
Fonte: Figure 2.1 – Distribution of the victims of lethal violence per year, 2007-2012. In: GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2015, p. 54.

ANEXO F – OS 30 PAÍSES MAIS VIOLENTOS NO PERÍODO 2007 - 2012



Fonte: GENEVA DECLARATION ON ARMED VIOLENCE AND DEVELOPMENT. **Database 2015**. Disponível em: <<http://www.genevadeclaration.org/measurability/global-burden-of-armed-violence/gbav-2015/interactive-map-charts.html>> Acesso em: 10 jun. 2015 (Adaptação e tradução nossa).

ANEXO G – OS 30 PAÍSES MAIS VIOLENTOS NO ANO DE 2012



Fonte: GENEVA DECLARATION ON ARMED VIOLENCE AND DEVELOPMENT. **Database 2015**. Disponível em: <<http://www.genevadeclaration.org/measurability/global-burden-of-armed-violence/gbav-2015/interactive-map-charts.html>> Acesso em: 10 jun. 2015 (Adaptação e tradução nossa).

ANEXO H – OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)

OBJETIVO 1	Acabar com a fome e a miséria
OBJETIVO 2	Educação básica de qualidade para todos
OBJETIVO 3	Igualdade entre sexos e valorização da mulher
OBJETIVO 4	Reduzir a mortalidade infantil
OBJETIVO 5	Melhorar a saúde das gestantes
OBJETIVO 6	Combater a AIDS, a malária e outras doenças
OBJETIVO 7	Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente
OBJETIVO 8	Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

Fonte: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Os Objetivos do Milênio**. Disponível em: < <http://www.objetivosdomilenio.org.br/objetivos/>> Acesso em: 12 jun. 2015.

ANEXO I – OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

OBJETIVO 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
OBJETIVO 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável
OBJETIVO 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
OBJETIVO 4	Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos
OBJETIVO 5	Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
OBJETIVO 6	Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos
OBJETIVO 7	Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos
OBJETIVO 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos
OBJETIVO 9	Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação
OBJETIVO 10	Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles
OBJETIVO 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
OBJETIVO 12	Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis
OBJETIVO 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
OBJETIVO 14	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
OBJETIVO 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e a perda de biodiversidade
OBJETIVO 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
OBJETIVO 17	Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Secretário-Geral da ONU lança relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sobre os desafios a serem enfrentados até 2030**. 22 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4009>> Acesso em: 12 jun. 2015.